

(Tradução livre do original emitido em espanhol)

**FONPLATA
BANCO MULTILATERAL DE DESENVOLVIMENTO**

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e
2020

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado do exercício
Demonstração dos resultados abrangentes
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Notas explicativas das demonstrações financeiras

\$ = milhares de dólares americanos



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18 de fevereiro de 2022

Para a Assembleia de Governadores
FONPLATA - Banco Multilateral de Desenvolvimento
Santa Cruz de la Sierra

Relatório de auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras que estão anexadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FONPLATA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Informação auditada

As demonstrações financeiras do FONPLATA compreendem:

- Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021.
- Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- Demonstração dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- Notas explicativas as demonstrações financeiras, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Independência

Somos independentes em relação ao FONPLATA, de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador emitidas pelo Comitê de Ética Internacional, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.



Nossa abordagem de auditoria

Sumário

Materialidade	Materialidade geral:\$ 11.800.000 (\$= Dólares Americanos), calculado com base em 1% dos ativos totais do FONPLATA.
Principais assunto de auditoria	- Instrumentos de cobertura. - Empréstimos sem garantia soberana.

Como parte do planejamento de nossa auditoria, determinamos a materialidade e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Em particular, consideramos as áreas nas quais a administração fez julgamentos subjetivos, por exemplo, estimativas contábeis significativas que envolveram fazer suposições e considerar eventos futuros que, por sua natureza, são incertos. Como em todas nossas auditorias, também abordamos o risco de violação de controles internos por parte da administração, incluindo, entre outros assuntos, a consideração de se há evidência de viés que represente um risco de distorção relevante devido a fraude.

Desenvolvemos o escopo de nossa auditoria para realizar trabalho suficiente que nos permita expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis como um todo, levando em consideração a estrutura do FONPLATA, os processos e controles contábeis e o setor em que o FONPLATA opera.

Materialidade

O escopo de nossa auditoria foi determinado pela aplicação de nossa materialidade. Uma auditoria é projetada para obter segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. A incorrecção pode surgir devido a fraude ou erro. Os erros são considerados materiais se, individualmente ou de forma agregada, for razoável esperar que eles influenciem as decisões econômicas que os usuários poderiam tomar com base nas demonstrações financeiras.

De acordo com nossos critérios profissionais, usamos certos limites quantitativos para determinar a materialidade, incluindo a materialidade geral para as demonstrações contábeis como um todo, conforme apresentado na tabela a seguir. Esses aspectos, juntamente com certas considerações qualitativas, nos ajudaram a determinar o escopo de nossa auditoria, bem como a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria e avaliar o efeito de erros, individualmente e de forma agregada, nas demonstrações contábeis como um todo.

Materialidade geral	\$11.800.000
Como foi determinado	Calculado com base em 1% do patrimônio total do FONPLATA.
Critérios utilizados para a seleção da base de cálculo da materialidade	Considerando que o FONPLATA é um Banco Multilateral de Desenvolvimento que tem o objetivo de identificar oportunidades de investimento ou projetos de interesse para o desenvolvimento da região, a materialidade foi calculada com base no patrimônio total, considerando nossa avaliação na qual identificamos que este componente das demonstrações financeiras é o mais previsível e aplicável às operações da FONPLATA.



Principais assuntos de auditoria

As principais assuntos da auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre elas, e não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><u>Instrumentos de cobertura</u></p> <p>Em 31 de dezembro de 2021, o FONPLATA mantém as seguintes dívidas para emissão de bônus:</p> <p>Durante o prazo de 2019, o FONPLATA, através do Credit Swiss & UBS, emitiu um título de cinco anos, com cupom anual fixo de 0,578%, denominado em francos suíços no valor de CHF 150.000.000.</p> <p>Durante o prazo de 2021, o FONPLATA, através do Credit Swiss & UBS, emitiu dois títulos de 5 ½ e 7 anos, com cupom anual fixo de 0,556% e 0,795%, denominados em francos suíços (CHF) no valor de CHF 200.000.000 e CHF 150.000.000, respectivamente.</p> <p>No âmbito da estratégia de gestão de risco, no âmbito da emissão destas obrigações, o FONPLATA celebrou contratos de swap cambial e de taxa de juro com o JP Morgan Chase, NA. (JPM), sob os regulamentos da “The International Swaps and Derivatives Agreement Association, Inc. (ISDA)”.</p> <p>Consideramos este assunto um assunto chave de auditoria, devido à relevância inerente e complexidade geral que a estimativa representa na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria têm se concentrado no tratamento dos aspectos descritos no parágrafo anterior.</p> <p>Adicionalmente, vide nota 8.5 (ii).</p>	<p>Avaliamos essas transações por meio dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificamos a origem contratual da operação obtendo os contratos de financiamento e os fluxos de caixa gerados por ela. - Verificamos as diferenças nas taxas de câmbio e taxas originadas na operação e na cobertura com informações do Banco, JP Morgan e preços de mercado. - Verificamos a composição dos instrumentos financeiros reconhecidos como se a opção de compensação tivesse sido exercida (operações de taxa e câmbio, e taxa, bem como garantia), com base na compensação e direito líquido decorrente do contrato, que não foi exercido em 31 de dezembro de 2021. - Avaliamos o risco de erro material na contabilização dos instrumentos financeiros da operação. - Verificamos a perda não realizada na avaliação das operações de swap de moeda e taxa de juros reconhecida na demonstração de outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021.
<p><u>Empréstimos sem garantia soberana:</u></p> <p>Em 31 de dezembro de 2021, o FONPLATA mantém os seguintes empréstimos sem garantia soberana:</p> <p>Em 12 de maio de 2020, a Diretoria Executiva do Banco aprovou a primeira operação desta nova linha de financiamento, inicialmente destinada ao financiamento</p>	<p>Avaliamos esses empréstimos por meio dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Solicitamos confirmações de saldo de todos os mutuários, incluindo financiamentos sem garantia soberana.



Principais assuntos de auditoria	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>de bancos de desenvolvimento. Esta operação consistiu em uma linha de crédito rotativo, sem garantia soberana, concedida ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMDG) no valor de \$ 36.000.000, com prazo de 8 anos. Da mesma forma, em 15 de setembro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou uma linha de crédito rotativo sem garantia soberana para o "Banco Nacional de Fomento - BNF" do Paraguai, no valor de \$ 36.000.000, com duração de 8 anos e 2 anos de carência.</p> <p>Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Banco aprovou um novo financiamento sem garantia soberana de US\$ 42.000.000, para a Corporación Vial del Uruguay (CVU), e aumentou em US\$ 6.000.000 a linha de crédito existente com o BMDG, de US\$ 36.000.000 para US\$ 42.000.000 (31 de dezembro de 2020 – US\$ 72.000.000 aprovados e totalmente desembolsados em duas operações de financiamento).</p> <p>Consideramos esta questão como uma questão chave de auditoria, uma vez que 95% dos empréstimos do Banco são concedidos para projetos de desenvolvimento realizados por governos que estão cobertos pela garantia soberana do país membro. A partir da criação de uma nova linha de financiamento sem garantia soberana, conforme indicado acima, desde 2020, o Banco está estendendo uma parcela menor de sua capacidade de crédito para instituições financeiras e empresas onde o governo é o principal acionista ou proprietário.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria têm se concentrado no tratamento dos aspectos descritos no parágrafo anterior.</p> <p>Adicionalmente, vide nota 8.4.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Solicitamos e verificamos a origem contratual das operações, para isso, obtivemos e verificamos as aprovações da Diretoria Executiva do Banco, e os contratos firmados com os mutuários.- Para empréstimos aprovados e desembolsados, verificamos as operações de desembolso dos referidos empréstimos.- Realizamos o recálculo dos juros acumulados considerando os saldos iniciais da dívida e as movimentações do ano para obter os saldos finais e multiplicar por uma taxa média de juros.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do FONPLATA de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o FONPLATA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança do FONPLATA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluído, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do FONPLATA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do FONPLATA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o FONPLATA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

PricewaterhouseCoopers S.R.L.

 (Sócio)
Sergio Fischer

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de dólares estadunidenses)

	Em 31 de dezembro de	
	2021	2020
ATIVOS		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	128.261	32.037
Investimentos		
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – Nota 8.2	352.788	321.061
A custo amortizado – Nota 8.3	<u>151.850</u>	<u>85.722</u>
Carteira de empréstimos – Nota 8.4	1.503.666	1.237.031
Juros acumulados		
De investimentos – Nota 8.3	2.366	1.821
De empréstimos – Nota 8.4	<u>10.673</u>	<u>10.600</u>
Outros ativos		
Derivativos para proteção do fluxo de fundos – Nota 8.5 (ii)	694	-.-
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 9.1	5.742	5.934
Diversos – Nota 9.2	748	762
Total do ativo	<u><u>2.156.788</u></u>	<u><u>1.694.968</u></u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo		
Derivativos para proteção do fluxo de fundos – Nota 8.5 (ii)	-.-	5
Dívidas – Nota 8.5	926.741	568.324
Outros passivos – Nota 9.3	3.149	1.982
Fundos especiais – Nota 8.6	<u>21.891</u>	<u>15.066</u>
Total do passivo	<u>951.781</u>	<u>585.377</u>
Patrimônio Líquido		
Capital – Nota 10.1		
Autorizado	3.014.200	3.014.200
Menos o exigível	<u>(1.665.000)</u>	<u>(1.665.000)</u>
Capital em dinheiro	1.349.200	1.349.200
Capital em dinheiro a ser integralizado	<u>(342.733)</u>	<u>(432.318)</u>
Reserva geral – Nota 10.3	183.165	155.751
Outras reservas – Nota 10.2	(8.655)	1.044
Resultados acumulados – Nota 10.3	<u>24.030</u>	<u>35.914</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.205.007</u>	<u>1.109.591</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>2.156.788</u></u>	<u><u>1.694.968</u></u>

As notas explicativas, em anexos, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de dólares estadunidenses)

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2021	2020
RECEITAS – Nota 11		
Carteira de Empréstimos		
Juros	35.609	36.438
Outras receitas de empréstimos	6.612	6.670
	<u>42.221</u>	<u>43.108</u>
Investimentos		
Juros	4.770	7.876
Outros	15	19
	<u>4.785</u>	<u>7.895</u>
Outras receitas	85	100
Receitas financeiras	<u>47.091</u>	<u>51.103</u>
DESPESAS		
Juros e custo da dívida	(10.949)	(8.627)
Receitas financeiras líquidas	<u>36.142</u>	<u>42.476</u>
Provisão para perdas por desvalorização dos empréstimos	(2.599)	2.498
Receitas após provisão p/perdas por desvalorização de empréstimos	<u>33.543</u>	<u>44.974</u>
Despesas administrativas – Nota 12	(9.513)	(9.060)
Receita líquida	<u>24.030</u>	<u>35.914</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (DRA)		
Receita líquida	24.030	35.914
Rubricas que podem ser reclassificadas na DRA:		
Alterações no valor justo dos investimentos	(3.928)	(2.417)
Perdas/Ganhos em operações de proteção de fluxo de caixa	(5.744)	1.651
Rubricas que não serão reclassificadas na DRA:		
Reavaliação técnica de propriedades	(28)	(28)
Resultados abrangentes	<u>14.330</u>	<u>35.120</u>

As notas explicativas, em anexos, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de dólares estadunidenses)

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Empréstimos		
Caixa recebido das amortizações	77.347	77.057
Caixa recebido de juros e outros encargos	41.020	44.488
Desembolsos	(345.451)	(392.094)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(227.084)	(270.549)
Outros fluxos operacionais:		
Pagamento de salários, auxílios e outras despesas de pessoal	(6.305)	(6.817)
Pagamento de despesas administrativas	(1.647)	(2.060)
Aumento de saldos com provedores, fundos especiais e outros	7.011	1.099
Fluxo de caixa líquido de outras atividades operacionais	(941)	(7.778)
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(228.025)	(278.327)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa recebido de dívida contratada	493.750	292.884
Garantia paga/recebida em derivativos para proteção	(15.980)	17.644
Amortizações e serviços da dívida	(145.342)	(14.631)
Fluxo de caixa líquido do endividamento para financiamento de empréstimos	332.428	295.897
Cobrança de subscrições de capital em dinheiro	89.585	51.333
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	422.013	347.230
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cobrança de juros e outros de investimentos	4.233	6.732
Compra de investimentos	(101.783)	(80.449)
Despesas de capital	(214)	(562)
Fluxo de caixa utilizado em atividades de investimento	(97.764)	(74.279)
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalente de caixa no exercício	96.224	(5.376)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	32.037	37.413
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	128.261	32.037

As notas explicativas, em anexos, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	<u>Capital em dinheiro (*)</u>	<u>Reserva geral</u>	<u>Reserva de alterações no valor dos investimentos a valor justo</u>	<u>Reserva de alterações no valor das operações de proteção do fluxo de caixa</u>	<u>Reserva de reavaliação de propriedades</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2020	865.549	132.443	538	515	785	28.308	1.028.138
Aumento de capital – em dinheiro	51.333	-.	-.	-.	-.	-.	51.333
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-.	23.308	-.	-.	-.	(23.308)	-.
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-.	-.	-.	-.	-.	(3.500)	(3.500)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-.	-.	-.	-.	-.	(1.500)	(1.500)
Receita líquida do exercício	-.	-.	-.	-.	-.	35.914	35.914
Resultados abrangentes do exercício	-.	-.	(2.417)	1.651	(28)	-.	(794)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>916.882</u>	<u>155.751</u>	<u>(1.879)</u>	<u>2.166</u>	<u>757</u>	<u>35.914</u>	<u>1.109.591</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2021	916.882	155.751	(1.879)	2.166	757	35.914	1.109.591
Aumento de capital – em dinheiro	89.585	-	-	-	-	-	89.585
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	27.414	-	-	-	(27.414)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	24.030	24.030
Resultados abrangentes do exercício	-	-	(3.927)	(5.744)	(28)	-	(9.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.006.467</u>	<u>183.165</u>	<u>(5.806)</u>	<u>(3.578)</u>	<u>729</u>	<u>24.030</u>	<u>1.205.007</u>

As notas explicativas, em anexos, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

(*) Depois de descontado o montante do capital exigível e a contribuição de capital em dinheiro subscrito ainda não integralizado (vide nota 10)

Juan E. Notaro Fraga
 PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
 PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
 CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
 GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de dólares estadunidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante e para todos os efeitos denominado “FONPLATA” ou “O Banco”, é um banco de desenvolvimento multilateral, com personalidade jurídica internacional, com duração indefinida, que se rege pelas disposições de seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e seus escritórios de ligação, nas cidades de Assunção, República do Paraguai, desde 1989; Buenos Aires, República Argentina, desde meados de 2018; Montevidéu, República Oriental do Uruguai, inaugurado em dezembro de 2019; e Brasília, Brasil, desde março de 2021. Os escritórios de ligação fazem parte da estratégia do Banco de estabelecer fortes laços de trabalho e de relacionamento com seus países membros.

O Banco é formado pelos governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, doravante denominados “membros fundadores”, com base no Tratado da Bacia do Prata, assinado em 23 de abril de 1969, que possibilitou sua consolidação e reconhecimento como personalidade jurídica em 14 de outubro de 1976, com a entrada em vigor de seu convênio constitutivo.

Foi criado por seus membros fundadores com firme espírito de cooperação e solidariedade, convencidos de que unicamente por meio da ação conjunta seria possível atingir o desenvolvimento harmônico, inclusivo e sustentável, de forma a favorecer melhor inserção na região e no mercado mundial.

A relação entre os membros fundadores do Banco é muito próxima por causa dos ecossistemas que compartilham, quais sejam: os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre e outros sistemas de comunicação.

Algumas das principais funções do Banco são: a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus ativos líquidos; o financiamento de estudos de pré-investimento para identificar oportunidades de investimento ou projetos que venham a potencializar o desenvolvimento e a integração de seus países membros nos âmbitos regional e global; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica; bem como outras que propiciem o melhor cumprimento de seus objetivos.

Em 9 de novembro de 2018, a Assembleia de Governadores, reafirmando seu apoio à gestão e ao crescimento contínuo do Banco, aprovou alterações no Convênio Constitutivo para modernizá-lo e potencializar sua capacidade e sua relevância como parceiro eficaz de seus países membros, contribuindo para seu desenvolvimento e sua integração nos âmbitos regional e global. As alterações aprovadas abrangem vários aspectos: i) alteração de sua natureza jurídica de “fundo” para “banco multilateral”; ii) mudança subsequente de sua denominação, para ser reconhecido formalmente como “FONPLATA” ou “O Banco”; iii) alteração de seu objeto para ampliar seu alcance, passando do conceito estritamente geográfico para outro que abrange a região de seus países membros e sua integração ao mercado global; iv) ampliação dos membros a partir de seus membros “fundadores”, reconhecendo a possibilidade de participação no capital de outros países ou órgãos “não fundadores”; v) denominação do capital como “capital autorizado”, com valor inicial de USD 3.014.200, composto de 301.420 ações, com valor nominal de USD 10 cada, com direito a um (1) voto por ação na série de ações classe “A”, correspondente aos membros fundadores. Além disso, foi determinado que ações classe “B”, destinadas a membros não fundadores, também comporiam o capital autorizado. O capital autorizado inicial constitui-se em sua totalidade de ações classe “A”, compostas de 134.920 ações de capital em dinheiro, totalizando USD 1.349.200, e 166.500 ações de capital exigível, no total de USD 1.665.000. As

ações classe “B” serão emitidas, após o aumento do capital autorizado e do número que corresponder à percentagem de participação, no momento da incorporação de novos membros.

Ambas as séries de ações serão emitidas a partir do momento em que as alterações do Convênio Constitutivo entrem em vigor nos países membros fundadores, isto é, trinta dias depois de realizadas as comunicações de confirmação pelos países membros fundadores.

Em 31 de dezembro de 2021, e na data da emissão destas demonstrações financeiras, as alterações do Convênio Constitutivo aprovadas pela Assembleia de Governadores ainda não haviam sido confirmadas pelas autoridades de um dos cinco países membros.

A administração do Banco está focada no planejamento estratégico e na gestão por resultados. O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013—2022 constitui o instrumento de planejamento estratégico desenhado para conduzir, supervisionar e prestar contas a respeito do grau de consecução dos resultados da gestão do Banco. O PEI e suas atualizações de 2017, que abrangem o período 2018—2022, e sua atualização mais recente, que abrange o período 2022—2026, foram aprovados pela Assembleia de Governadores em agosto de 2017 e em setembro de 2021. Complementarmente, o Banco elabora um Documento de Programas e Orçamento (DPP, na sigla em espanhol), que inclui os resultados a serem atingidos em período de três anos, bem como as atividades necessárias e seus custos, formando assim o orçamento de despesas administrativas e o orçamento de investimentos de capital. Em 3 de dezembro de 2021, baseada na recomendação da Diretoria Executiva, a Assembleia de Governadores aprovou o DPP para o período 2022—2023.

Em 14 de março e 2 de dezembro de 2019, o Banco assinou os convênios que reconhecem sua jurisdição e imunidades, direitos e obrigações como banco multilateral de desenvolvimento para realizar suas atividades na República Oriental do Uruguai e na República Argentina, respectivamente (“Convênio Sede”).

As demonstrações financeiras para o exercício 2020 foram aprovadas pela Assembleia de Governadores em 14 de abril de 2021, segundo recomendação da Diretoria Executiva.

NOTA 2 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DURANTE O PERÍODO

A – ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS DURANTE A COVID-19

Desde o início da pandemia causada pela COVID-19, quando nossos países membros fecharam suas fronteiras, seguindo as sugestões da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco implementou rapidamente e com sucesso sua estratégia desenhada para assegurar a continuidade de suas operações de forma fluida e sem sobressaltos.

Dentre as medidas tomadas a partir de março de 2020, que continuam em vigor até hoje devido à sua relevância, apontamos as seguintes:

- Com vistas a proteger a saúde do quadro de pessoal, o Banco passou imediatamente e sem qualquer interrupção para o trabalho à distância. Em 30 de setembro de 2021, o Banco retornou ao trabalho presencial, tanto em sua sede principal quanto nos seus escritórios de ligação, e adotou uma modalidade híbrida de trabalho, por meio da qual os funcionários trabalham presencialmente quatro dias da semana e um dia remotamente. Em 5 de janeiro de 2022, devido ao súbito aumento no número de infecções por COVID associadas à variante “Ômicron”, o Banco reativou o trabalho à distância. A modalidade híbrida voltará a ser ativada assim que o nível de infecções por COVID o permitir.

- Os funcionários internacionais puderam optar pelo trabalho remoto permanecendo em sua residência no país anfitrião, da mesma forma que os funcionários locais, ou retornando a seu país de origem.
- O Banco continuou a expandir seus escritórios de ligação, abrindo novos escritórios em Montevideu, Uruguai, e em Brasília, Brasil, consolidando sua presença em todos os cinco países membros, de forma a fortalecer o diálogo com os países membros e facilitar o procedimento de adaptação dos instrumentos bancários às suas necessidades.
- A partir de março de 2020, o Banco migrou seus servidores para a nuvem, melhorando a segurança dos dados e reduzindo a possibilidade de acessos não autorizados. Assim, o Banco não sofreu interrupções em nenhum de seus sistemas nem na comunicação digital. Essa migração, junto com o trabalho à distância, contribuiu para preservar a saúde de todo o quadro de pessoal e permitiu ao banco atingir um recorde na quantidade de aprovações e desembolsos em 2020 e continuar a crescer em 2021.
- Da mesma forma que em 2020, em 2021 o Banco continuou a trabalhar em diálogo permanente com suas contrapartes governamentais para adaptar sua abordagem aos âmbitos fiscal, da saúde e social prevalentes em cada país membro, otimizando assim sua habilidade de oferecer assistência financeira e de cooperação técnica.
- Como é explicado de forma mais detalhada na próxima subseção e na Nota 3 – Determinação da Receita, a importante redução da taxa LIBOR de 6 meses foi compensada, principalmente, por meio do crescimento da carteira de empréstimos, bem como pela redução das despesas administrativas. Estas representam, no final de 2021, 77 pontos base do total de ativos financeiros líquidos. Em comparação com 2020, essa relação entre despesas administrativas e ativos líquidos mostra redução de 5 pontos base, i.e., uma economia de cerca de USD 535.
- Durante 2021, o Banco emitiu com sucesso dois títulos no mercado suíço de títulos. O primeiro, FONPLATA26, em março de 2021, captando CHF 200.000, e o segundo, FONPLATA28, em novembro de 2021, captando CHF 150.000. Com base na sua estrutura de capital, parte das atividades de empréstimos devem ser financiadas com dívida. Com exceção dessas duas emissões de títulos, denominadas em francos suíços, com taxa de juros fixa e que foram transformadas em obrigações denominadas em dólares estadunidenses baseadas na taxa LIBOR de 6 meses, todas as dívidas são em dólares estadunidenses e geram juros com base na taxa LIBOR de 6 meses. Enquanto o montante de dívida a pagar aumentou de USD 568.324, em 31 de dezembro de 2020, para USD 926.741, em 31 de dezembro de 2021 (63% de aumento), o montante de juros e outros encargos financeiros das dívidas caiu, em relação ao volume de dívidas, de 207 pontos base para 146 pontos base (30%, aproximadamente). Esta redução contribuiu para compensar parcialmente o efeito negativo da redução das taxas de juros sobre a receita líquida. Vide notas 3 e 8.5 (ii) para mais detalhes.
- Em 22 de junho de 2021, o Banco assinou mecanismo de crédito facilitado com prazo de 5 anos no valor de USD 100.000, com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), cujo total foi desembolsado em 30 de junho de 2021.
- Em 17 de setembro de 2021, o Banco contratou linha de crédito não rotativo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), no âmbito da política para a administração da liquidez. Em 31 de dezembro de 2021, a linha de financiamento ainda não tinha sido usada.

- Como parte da transição da taxa LIBOR, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2022, a taxa de juros dos novos financiamentos outorgados pelo Banco será a taxa SOFR. O Banco mantém diálogo permanente com seus países membros para migrar os contratos de empréstimo em vigor para a taxa SOFR sob a modalidade “vencida”. Espera-se que a transição comece gradativamente em fevereiro de 2022 e, à medida que os países membros a formalizarem, todos os contratos de empréstimo assinados antes de 31 de dezembro de 2021 basear-se-ão na SOFR “vencida”. O Banco também tem trabalhado na adaptação de seus sistemas de empréstimos, investimentos e dívida para ajustar-se a essa mudança (vide Nota 7.1.1).

B – AÇÕES ESPECÍFICAS E TENDÊNCIAS

Os próximos parágrafos apresentam com maior detalhe as atividades operacionais e financeiras realizadas pelo Banco que contribuíram de forma direta para o aumento de seus ativos financeiros líquidos e a geração de receitas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

- A receita gerada por empréstimos é determinada, principalmente, pelo aumento do saldo de empréstimos a receber, resultado do montante de desembolsos menos o montante recebido a título de amortizações de principal, e pelas mudanças na taxa LIBOR de 6 meses, que é a taxa de juros de referência aplicável a todos os financiamentos outorgados pelo Banco até 31 de dezembro de 2021. A partir do início da pandemia da COVID-19, a taxa LIBOR de 6 meses continuou a cair de forma constante, atingindo seu valor mais baixo em setembro de 2021, de 14 pontos base, tendo estado em 25 pontos base em 31 de dezembro de 2020. A queda pronunciada das taxas de juros continua a causar redução do montante nominal de juros dos empréstimos. Esta redução tem sido compensada, principalmente, pelo aumento de 21% do montante de empréstimos a receber até 31 de dezembro de 2021 (2020 – 39%). Espera-se que as taxas de juros aumentem à medida que as economias mais desenvolvidas se recuperem da crise gerada pela COVID-19 e os bancos centrais dos países mais desenvolvidos aumentem sua taxa de referência.
- Conforme assinalado na Nota 2-A, a redução dos custos da dívida contribuiu para gerar nível de receitas adequado, permitindo ao Banco manter seus sólidos perfis financeiro e econômico. A força e o desempenho do Banco se refletem na melhoria de sua classificação de risco de crédito pela Standard & Poors’, que passou de “A-” para “A”.
- Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Banco aprovou novos empréstimos no valor de USD 401.430 (2020 – USD 537.126). O volume de empréstimos aprovados compõe-se de USD 353.420 em aprovações de empréstimos com garantia soberana a países membros e de USD 48.000 em empréstimos outorgados sem garantia soberana a bancos e empresas de capital principalmente público (“Corporación Vial del Uruguay”, USD 42.000, e o aumento de USD 36.000 para USD 42.000 da linha de crédito ao Banco de Minas Gerais, Brasil – BMG, aprovada em 2020). Os desembolsos de empréstimos totalizaram USD 345.451, e a cobrança de amortizações de principal, USD 77.346. Da mesma forma que nos anos anteriores e ainda mais importante, todos os países membros tiveram fluxo de fundos de empréstimos positivo, o que mostra o forte compromisso do Banco em apoiar seus países membros.
- Conforme assinalado na Nota 2-A, em 3 de fevereiro e em 1 de novembro de 2021, o banco realizou as segunda e terceira emissões de títulos no mercado de capitais suíço. A primeira emissão de títulos ocorreu em 2019, com o título “FONPLATA24” no valor de CHF 150.000, denominado em francos suíços e com vencimento de 5 anos. A segunda emissão de títulos concretizou-se em 3 de março de 2021, com o recebimento de CHF 200.000 em fundos captados. Os títulos “FONPLATA26”, denominados em francos suíços, têm prazo de 5 ½ anos, findo em 3 de setembro de 2026, e cupom à taxa anual fixa de 0,556%. A

terceira emissão de títulos, “FONPLATA28”, materializou-se em 1 de dezembro de 2021, com o recebimento de CHF 150.000 captados com títulos denominados em francos suíços, com vencimento de 7 anos, em 1 de dezembro de 2028, e com cupom anual à taxa fixa de 0,7950%.

- A tabela abaixo mostra o total de dívidas a pagar nas diferentes linhas de crédito e nos três títulos emitidos em francos suíços em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente:

<u>Entidade</u>	<u>Em 31 de dezembro 2021</u>			
	<u>Dívida em</u>	<u>Amortização</u>	<u>Fundos</u>	<u>Dívida em 31</u>
	<u>31 de</u>	<u>do principal e</u>		<u>de dezembro</u>
	<u>de dezembro</u>	<u>ajustes de</u>	<u>captados</u>	<u>de 2021</u>
	<u>de 2020</u>	<u>valor justo</u>		
	USD	USD	USD	USD
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	69.334	(5.334)	-.-	64.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	88.098	-.-	11.902	100.000
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	20.000	-.-	-.-	20.000
Banco Europeu de Investimentos (BEI)	6.000	-.-	6.000	12.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO)	5.536	-.-	-.-	5.536
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	-.-	-.-	100.000	100.000
Diferido	(281)	(317)	-.-	(598)
Subtotal multilaterais e outros	188.687	(5.651)	117.902	300.938
Emissão título CHF FONPLATA 24	148.809	-.-	-.-	148.809
Emissão título CHF FONPLATA 26	-.-	-.-	221.828	221.828
Emissão título CHF FONPLATA 28	-.-	-.-	163.898	163.898
Diferido	(580)	(1.442)	-.-	(2.022)
Diferenças cambiais	21.413	(8.123)	-.-	13.290
Subtotal de títulos	169.642	(9.565)	385.726	545.803
Banco Central da Bolívia (BCB) – LIBOR de 6 meses	80.000	(80.000)	-.-	-.-
Diferido	(5)	5	-.-	-.-
Banco Central do Uruguai (BCU) – Taxa fixa	130.000	(50.000)	-.-	80.000
Subtotal dívida bancos centrais	209.995	(129.995)	-.-	80.000
Total dívidas	568.324	(145.211)	503.628	926.741

- Como parte de sua estratégia para minimizar os riscos de exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros, e cumprindo suas políticas, o Banco outorga e denomina seus financiamentos em dólares estadunidenses com base na taxa de juros LIBOR de 6 meses como taxa de referência. Além disto, contrata a maioria de suas dívidas em dólares estadunidenses e com base na taxa LIBOR de 6 meses como taxa de referência. No caso de dívidas denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa LIBOR, o Banco contrata operações de *swap* de taxa de juros e de moeda para reduzir sua exposição. Em vista disso, em 3 de março e em 1 de dezembro de 2021, o Banco contratou duas operações de *swap* de taxa e moeda com a J.P. Morgan (JPM) e com o Crédit Suisse (CS), entidades com as quais assinou contratos ISDA. Com base nestas operações de *swap* de taxa e moeda, o Banco transformou, efetivamente, suas obrigações denominadas em CHF e com taxa de juros anual fixa em duas obrigações denominadas em dólares estadunidenses no valor de USD 222.668, pela emissão de CHF 200.000, e de USD 164.474, pela emissão de CHF 150.000. Os montantes contratados incluem a comissão do emissor e do agente pagador. Ambas as operações de *swap* levam em conta a amortização semestral com base na taxa LIBOR de 6 meses mais *spread* fixo. Essas transações foram designadas como operações para a proteção dos fluxos de fundos, de acordo com o marco de referência estabelecido pela IFRS 9 (vide Notas 4.10; 6; e 8(ii)).

- O Banco usa derivativos não com fins especulativos, mas com o objetivo de reduzir o grau de exposição a riscos decorrentes das mudanças nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense e nas taxas de juros diferentes da taxa LIBOR de 6 meses, utilizada como taxa de referência para suas operações de empréstimos e para a maioria de suas dívidas.
- Com a assinatura do contrato de fideicomisso com o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 24 de julho de 2020, o banco assumiu o papel de agente fiduciário para a administração da carteira de investimentos do FOCEM, pelo que recebe comissão baseada no retorno obtido pelo FOCEM em seus investimentos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco recebeu USD 16 a título de comissões por administração (em 31 de dezembro de 2020 recebeu USD 42 a título de comissões).

NOTA 3 – DETERMINAÇÃO DA RECEITA

O Banco gera a maior parte de suas receitas da concessão de empréstimos com garantia soberana a seus países membros e, a partir de 2020, uma pequena parte, da aprovação de empréstimos sem garantia soberana a bancos públicos nos âmbitos nacional e subnacional dos países membros. Os fatores a seguir afetam diretamente o crescimento da carteira de empréstimos e determinam a geração de receitas por empréstimos:

- A capacidade de empréstimo, que equivale a 3 vezes o valor do patrimônio;
- O montante dos desembolsos dos empréstimos;
- O montante de amortizações do principal recebido durante o ano; e
- A taxa LIBOR de 6 meses e a taxa de retorno operacional ou *spread*.

A receita de investimentos está diretamente relacionada aos investimentos das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), com vistas a reduzir os custos para manter a liquidez exigida. O Banco mantém liquidez para poder cumprir seus compromissos de desembolsos de empréstimos, o pagamento de suas obrigações por dívidas contraídas e, também, para arcar com seus custos de funcionamento durante período de 12 meses (vide Nota 6.5).

A tabela a seguir mostra a média dos ativos e passivos financeiros e as despesas administrativas, discriminando as receitas, despesas e a receita líquida:

	Em 31 de dezembro de					
	2021			2020		
	Saldo médio USD	Receitas USD	Retorno ² %	Saldo médio USD	Receitas USD	Retorno ² %
Empréstimos a receber	1.385.548	42.221	3,05	1.093.977	43.108	3,94
Investimentos	455.711	4.807	1,05	369.145	8.057	2,18
Caixa e equivalentes de caixa	80.149	--	--	34.725	--	--
Ativos financeiros	1.921.408	47.028	2,45	1.497.847	51.165	3,42
Dívidas	(747.533)	(10.949)	1,46	(416.516)	(8.626)	(2,07)
Ativos financeiros líquidos	1.173.875	36.079	3,07	1.081.331	42.538	3,93
Ajustes contábeis ¹		(2.957)	(0,25)	--	2.244	0,20
Despesas administrativas		(9.092)	(0,77)	--	(8.868)	(0,82)
Ativos financeiros líquidos	1.173.875	24.030	2,05	1.081.331	35.914	3,32
Patrimônio líquido	1.157.299	24.030	2,08	1.068.865	35.914	3,36

<u>¹Provisões e outros encargos</u>	31 de dezembro de	
	2021	2020
	USD	USD
Provisão p/perdas por desvalorização dos empréstimos – Nota 8.4	(2.599)	2.498
Depreciação	(379)	(321)
Diferenças cambiais – lucros/(perdas)	(41)	129
Participação de fundos especiais em receitas por investimentos	(23)	(162)
Outras receitas	85	100
Total Provisões e outros encargos	(2.957)	2.244

² Os rendimentos são apurados com base nas receitas/despesas reais no final do ano, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo inicial do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por 2, de forma que podem ser diferentes da média real.

NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas à elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente a todos os anos apresentados.

4.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento às Normas Internacionais de Relatório Financeiro

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS, na sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (IFRIC, na sigla em inglês) aplicáveis às entidades sujeitas às normas IFRS e que cumprem as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, na sigla em inglês).

O Banco apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme a ordem de liquidez. Ativos e passivos são apresentados de acordo com sua realização financeira nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (correntes) e para além de 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não correntes), conforme a Nota 13.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Investimentos disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, mensurados a custo amortizado e ajustados a valor justo, por meio da aplicação de provisão para perdas potenciais por desvalorização nos casos em que esta seja menor.
- Propriedades mensuradas pelo valor justo.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

O quadro abaixo apresenta um resumo das novas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), bem como de alterações das normas em vigor, que começaram a ser aplicadas pelo Banco a partir de 1 de janeiro de 2021. As normas e alterações abaixo arroladas excluem as seguintes normas internacionais, interpretações ou alterações que não se aplicam às atividades do Banco no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021: IFRS 17, Contratos de Seguros; IAS 16 Ativo imobilizado (edifícios, instalações e equipamentos); IFRS 3, Combinações de Negócios; IAS 37, Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Melhorias anuais à IFRS 9, Instrumentos Financeiros; IFRS 16, Arrendamento; IFRS 1, Adoção Inicial das IFRS; IAS 1, Apresentação das demonstrações contábeis; IAS 1 e Pronunciamento Técnico, Divulgação de políticas contábeis; IAS 8, Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; IAS 12, Tributos sobre o lucro.

A maioria das alterações listadas a seguir começou a ser aplicada formalmente pelo Banco a partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021, não tendo impacto significativo sobre os montantes reconhecidos em exercícios anteriores e não se espera que tenha impacto significativo neste exercício nem em exercícios futuros:

Norma	Requisitos relevantes	Entrada em vigor
Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estas alterações pontuais à IAS 1, “Apresentação das demonstrações financeiras”, esclarecem a apresentação do passivo, classificado seja como corrente ou não corrente, dependendo da existência ou não de direitos de terceiros no encerramento do período contábil. A classificação não é atingida pelas expectativas da entidade ou por fatos posteriores à data de encerramento do período (por exemplo, a obtenção de exceção ou o descumprimento de cláusula contratual). A alteração esclarece, ainda, o significado atribuído pela IAS 1 quando faz referência ao “cancelamento” de passivo.	1 de janeiro de 2021
Concessões de Arrendamento Relacionadas à Covid-19 – Alterações à IFRS 16	Esta alteração à IFRS 16 está ligada ao reconhecimento e ao registro de concessões em contratos de arrendamento outorgadas aos arrendatários em decorrência da pandemia da COVID-19. A alteração outorga aos arrendatários a opção de tratar as concessões de arrendamento por ela abrangida da mesma forma como são tratados os custos de arrendamento. As entidades que venham a aplicar esta alteração deverão divulgá-la em suas notas explicativas das demonstrações financeiras, incluindo a natureza dos contratos de arrendamento aos quais foram aplicadas concessões, bem como o montante reconhecido no resultado do exercício como resultado das concessões recebidas.	1 de janeiro de 2021
Reforma na Taxa de juros de referência, Fase 2 – Alterações às IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16	Estas alterações às IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 foram desenhadas para abranger questões ligadas à reforma na taxa de juros de referência, incluindo a substituição de uma taxa por outra taxa alternativa. As alterações introduzidas na Fase 2 oferecem as seguintes alternativas: <ul style="list-style-type: none"> • Com a mudança na determinação do fluxo de fundos de ativos e passivos financeiros (incluindo passivos por arrendamentos), o efeito do alívio é fazer com que as alterações necessárias como resultado direto da reforma da taxa LIBOR, consideradas economicamente equivalentes, não tenham como resultado lucros ou ganhos imediatos no resultado do exercício. Os alívios referentes à contabilidade de operações de proteção permitirão continuar com a aplicação da IAS 39 e da IFRS 9 que são diretamente afetadas pela reforma da taxa LIBOR. No entanto, se houver ineficiências adicionais, estas devem ser reconhecidas. As entidades afetadas deverão divulgar a natureza e a extensão dos riscos ligados à reforma da taxa LIBOR à qual estão expostas, a forma como administrarão esses riscos e os 	

Norma	Requisitos relevantes	Entrada em vigor
	<p>avanços realizados para completar a transição para a adoção de taxa de referência alternativa. Considerando a natureza dos contratos com base na taxa LIBOR, essas alterações podem atingir todo tipo de entidade.</p> <p>A Nota 7.1.1 apresenta os avanços do Banco no que diz respeito à transição da taxa de referência LIBOR de 6 meses para a taxa de referência SOFR sob a modalidade “vencida”, que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022 para todas as operações de empréstimos outorgados, bem como para dívidas contraídas. Nos casos nos quais a dívida esteja denominada em moeda diferente do dólar estadunidense e que o Banco tenha contratado operações de <i>swap</i> de moeda e taxa para compensar os riscos de diferenças cambiais e de mudanças na taxa de juros, a migração da taxa LIBOR de 6 meses para a taxa SOFR será estabelecida por cada entidade credora. No caso de operações de <i>swap</i> de taxas e moeda, a migração da taxa LIBOR para a SOFR ocorrerá a partir de 1 de julho de 2023.</p>	

4.2 Informações sobre segmentos

Baseado na análise de suas operações, o Banco determinou que possui apenas um segmento operacional, que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países membros.

O Banco avalia periodicamente seu desempenho e sua posição financeira de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

4.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações que os constituem, são mensurados usando o dólar estadunidense, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera o Banco (“moeda funcional”).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Ganhos ou perdas por transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar estadunidense e, em geral, referem-se a despesas administrativas incorridas na sede principal do Banco, ou em seus escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos em Assunção, no Paraguai, Buenos Aires, na Argentina, Montevideú, no Uruguai, e Brasília, no Brasil. Ganhos ou perdas por diferenças cambiais associados a despesas administrativas são apresentados na demonstração de resultados em base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos financeiros, tais como investimentos e empréstimos, são denominados em dólares estadunidenses, com exceção dos títulos denominados em francos suíços que foram trocados por dólares estadunidenses. O Banco não mantém passivos financeiros em moedas diferentes do dólar estadunidense, portanto, não há diferenças cambiais a eles relacionadas.

Com exceção de pequeno número de bens e serviços relativos a despesas administrativas denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a maioria das despesas operacionais do Banco são incorridas na moeda funcional e registradas ao seu valor justo. Apenas é mantida disponível pequena importância em moeda local na sede do Banco e em cada escritório de ligação para pagar os custos dos bens e serviços nesses locais. Essas importâncias são traduzidas para a moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data na qual é estabelecido seu valor justo. As diferenças cambiais em ativos e passivos mensurados a valor justo são apresentadas junto com ganhos e perdas ao valor justo.

4.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e de investimentos a custo amortizado é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva. As outras receitas relativas à gestão de empréstimos, que consistem em taxas de administração e comissões de compromisso, são determinadas de acordo com o que estabelece a IFRS 15.

O Banco reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é possível que os benefícios econômicos sejam favoráveis. O Banco baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de tomador de recursos e as especificações de cada um dos acordos assinados.

4.5 Arrendamentos

Contratos de arrendamento por prazos de até 12 meses que não incluem opção de compra são reconhecidos como despesa com base no método da linha reta ao longo do prazo do contrato respectivo.

Todos os contratos de arrendamento são inicialmente reconhecidos como ativo, com base no direito de uso, e como passivo pelo valor total do arrendamento a ser pago ao longo do contrato. O direito de uso é mensurado inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento somado a quaisquer custos indiretos incorridos. Após o início do arrendamento, o Banco deve mensurar o ativo de direito de uso do bem arrendado com base no modelo baseado em custos.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de até 90 dias, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de alterações no valor.

4.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, é mensurada a seu custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, vide Nota 8.4.

4.8 O modelo de negócios e seu efeito em ativos e passivos financeiros

A classificação, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco são determinados por seu modelo de negócios. A arquitetura do modelo de negócios foi desenhada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados em melhorar a integração e o desenvolvimento socioeconômico. O Banco, como qualquer outro banco de desenvolvimento multilateral (BDM), financia seu programa de empréstimos por meio de uma combinação de fundos provenientes de subscrições de capital em dinheiro integralizadas por seus países membros, capital autogerado por acumulação de receitas líquidas e realizadas e dívidas assumidas por meio da emissão de títulos e empréstimos contratados com outros BDM e instituições financeiras internacionais. O capital do Banco é composto por capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar. O capital a realizar é subscrito e autorizado pelos países membros, que assumem o compromisso de integralizar esse capital no caso de emergência ou catástrofe que impeça o acesso do Banco aos mercados de capitais ou de captar financiamentos de outros BDM, agências ou instituições bilaterais de cooperação internacional para cumprir suas obrigações financeiras.

Um dos elementos-chave no modelo de negócios do Banco é sua habilidade de manter sua relevância. A relevância do Banco é medida por meio de sua capacidade de mobilizar recursos, tanto por meio de seus financiamentos como de recursos de cooperação técnica, suficientes para ajudar seus países membros com suas necessidades de desenvolvimento.

Para cumprir sua missão, os BDM devem aumentar continuamente seu capital por meio do aumento de sua capacidade de empréstimo ao longo do tempo. Com esse propósito, em média, a cada 5 a 7 anos, os BDM podem realizar aumento de capital consistente em capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar e, em alguns casos, também por meio da adição de novos membros.

A capacidade de empréstimo é determinada por meio do capital a realizar de membros com nota de risco de crédito com grau de investimento, como é o caso dos primeiros e mais antigos BDM com membros no âmbito mundial, ou por meio da aplicação de multiplicador sobre o patrimônio, como é o caso dos BMD contemporâneos e das instituições regionais de desenvolvimento, como o Banco.

No caso do Banco, a capacidade de empréstimo é medida com base em multiplicador de três vezes o montante do patrimônio.

Com base na sua estrutura de capital, pela qual no final do período de subscrição e integralização do último aumento de capital, atingirá em torno de 45% de capital a pagar em dinheiro e 55% de capital a realizar, o Banco precisa captar recursos de terceiros para financiar parte dos desembolsos de empréstimos outorgados. A capacidade de endividamento do Banco também é determinada com base em multiplicador de duas vezes o montante do patrimônio mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos outorgados a seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e denominados em dólares estadunidenses e incorrem em juros com base na taxa LIBOR de 6 meses, mais *spread*. No âmbito da política prudencial de administração de riscos do Banco, nos casos nos quais as dívidas são contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa LIBOR de 6 meses, o Banco usa derivativos com o único propósito de minimizar o risco de exposição a diferenças cambiais e a variações nas taxas de juros e não para fins especulativos. Os derivativos são classificados como instrumentos de proteção (*hedge*) dos fluxos de fundos das dívidas contraídas.

O Banco mantém liquidez com vistas a garantir sua habilidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para dar conta das despesas operacionais e dos investimentos de capital planejados que se espera incorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício fiscal. As disponibilidades são investidas apenas para reduzir os custos de manter o nível de liquidez requerido pelas políticas do Banco.

As principais divulgações que fazem parte integral destas demonstrações financeiras apresentam informações específicas a respeito de cada um dos ativos e passivos financeiros importantes do Banco, bem como informações adicionais a respeito de seu modelo de negócios e de como este modelo determina a forma pela qual ativos e passivos são classificados, medidos, reconhecidos e divulgados, assim como o momento oportuno para fazê-lo.

(i) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos. O Banco classifica seus investimentos em duas carteiras diferentes. Uma na qual os investimentos podem ser vendidos a qualquer tempo antes do vencimento de seu contrato e outra na qual os investimentos são adquiridos com a intenção de serem mantidos até seu vencimento contratual. A classificação dos investimentos em qualquer uma das carteiras é determinada com base nas exigências do processo de planejamento da liquidez e outros fatores importantes. O Banco determina a classificação de seus investimentos no momento de sua aquisição e reconhecimento.

Os investimentos mantidos até seu vencimento são mensurados ao menor valor entre seu custo amortizado e seu valor justo e estão sujeitos à revisão, no mínimo anualmente, de forma a validar a razoabilidade. Os investimentos classificados para venda são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Nota 8 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativo financeiro.

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mantidos a custo amortizado (carteira de empréstimos e investimentos)**: são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes apenas do pagamento do capital e dos juros, não sendo classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, e são mensurados pelo custo amortizado. Os saldos desses ativos são ajustados pela provisão para perdas esperadas, sendo reconhecidos e apurados conforme descrito nesta nota.
- **Ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**: são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes de capital e juros e da venda dos ativos, que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não são classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.
- O Banco não detém ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Os derivativos resultantes da operação de *swap* de moeda e taxa são adquiridos como parte da estratégia integral de riscos para a cobertura do risco da taxa de juros e da taxa de câmbio de moeda estrangeira e estão associados à captação de dívida em moedas diferentes do dólar estadunidense ou que cobram juros com base em taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo do Banco, que é a taxa LIBOR de 6 meses. Os derivativos foram classificados como instrumentos de proteção dos fluxos de fundos esperados e são considerados totalmente efetivos. Considerando o direito do Banco de compensação no caso de descumprimento pela contraparte, as alterações no valor justo dos derivativos contratados são

apresentadas de forma líquida, junto com a garantia recebida da contraparte, fazendo parte do ativo, sob o título “derivativos” no balanço patrimonial. Os títulos são avaliados pelo custo amortizado no saldo de dívida no balanço patrimonial. As alterações no valor justo da operação de *swap* de taxa de juros fazem parte de outros resultados abrangentes (vide notas 2, 4.10 e 8.5 (ii)).

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros diferentes dos empréstimos podem ser reclassificados em categoria diferente de “investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, com base no modelo de negócios usado para gerir os ativos financeiros ou com base nas características dos fluxos de caixa contratuais associados a esses ativos.

O Banco reclassifica ativos financeiros apenas quando o modelo de negócios é alterado. No caso de reclassificações, elas são realizadas e informadas no período no qual elas ocorrem. Esse tipo de alterações é pouco frequente, não tendo ocorrido nenhuma neste exercício.

(iii) Reconhecimento e baixa

A geração, compra e venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Banco gera, compra ou vende os ativos. Os ativos financeiros são baixados no momento da extinção dos direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros ou da transferência dos benefícios ou riscos da propriedade desses ativos.

Quando os investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes no valor justo acumulados na reserva do patrimônio são reclassificados na demonstração de resultados como ganhos ou perdas com investimentos.

(iv) Mensuração

No início da transação, o Banco mensura os ativos financeiros ao valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente avaliados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os investimentos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e as perdas e ganhos como resultado de alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando perdas e ganhos são reclassificados como parte do lucro operacional. Os juros gerados a partir dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo mantidos a seu custo amortizado e empréstimos são apurados usando o método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como parte das receitas operacionais.

A Nota 8.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Desvalorização

O Banco avalia a possibilidade de desvalorizações potenciais de um ativo financeiro específico ou de um grupo de ativos financeiros. O Banco determina a adequação de sua provisão para risco de perdas potenciais em empréstimos, usando metodologia padrão adotada pelos principais BDM, considerada boa prática. A metodologia usada quantifica a perda esperada com base nos seguintes fatores: (i) a exposição máxima ao risco de descumprimento (*default*), (ii) a probabilidade de descumprimento e (iii) a perda máxima esperada no caso de descumprimento. Embora o Banco aplique a mesma fórmula, os valores que assume cada fator são diferentes para a carteira de empréstimos outorgados com garantia soberana e sem garantia soberana.

Para a carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de risco de descumprimento (*default*) pelos países membros com base na classificação mais recente de risco de crédito atribuída por três agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas.

Para empréstimos sem garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de descumprimento (*default*), usando a classificação de risco de crédito mais recente emitida por uma das agências reconhecidas internacionalmente e ajustada pela classificação de risco de crédito desenvolvida internamente pelo Banco.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuïrem e essa diminuição estiver relacionada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento da desvalorização (como uma melhoria na capacidade creditícia do devedor), a desvalorização antes contabilizada pode reverter-se com efeito na demonstração do resultado do exercício.

A cobrança de juros e comissões de empréstimos é descontinuada uma vez transcorridos mais de 180 dias do vencimento do serviço do empréstimo sem que ele tenha sido pago. O montante de juros e comissões a receber de empréstimos declarados em estado de moratória manter-se-á dessa forma até que o empréstimo seja declarado quitado pelo Banco. Para quitar o empréstimo é necessário que o tomador de recursos pague a totalidade dos montantes devidos ao Banco e confirme ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o descumprimento em tempo e forma de suas obrigações referentes a empréstimos outorgados pelo Banco.

A Nota 8.4 (iii) apresenta explicação detalhada dessa metodologia, bem como da determinação da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos.

A desvalorização esperada no valor de investimentos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) faz parte do valor de mercado.

Além disso, e no caso de investimentos avaliados pelo custo amortizado, o Banco avalia potenciais perdas por desvalorização no valor dos investimentos fazendo a revisão das mudanças na classificação de risco de crédito do emissor, de forma a estabelecer se elas são temporárias ou mostram desvalorização permanente. Nesse caso, o Banco ajustará o valor justo reconhecendo uma provisão regularizadora do valor do investimento com lançamento no resultado do exercício.

Para investimentos mantidos até o vencimento, mensurados ao custo amortizado, o Banco estima as perdas por desvalorização esperadas por meio da comparação do preço bruto com o preço de mercado para cada investimento mantido em carteira, referente a seu valor contábil, reconhecendo as perdas potenciais por desvalorização com base na diferença entre o valor contábil e o preço de mercado, na medida em que o último seja inferior ao valor contábil.

Exceto pela determinação da suficiência do montante da provisão para perdas esperadas em empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana e para os efeitos de estimar o montante de perdas de crédito esperadas (PCE) em outros ativos financeiros, segundo suas políticas internas, o Banco classifica seus instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), numa das seguintes etapas:

Etapa 1: inclui os instrumentos cujo risco de incobabilidade não aumentou de forma significativa desde seu reconhecimento inicial e cuja desvalorização a incorrer seja igual à PCE nos próximos 12 meses.

Etapa 2: inclui todos os ativos cuja qualidade de crédito sofreu mudança significativa desde seu reconhecimento inicial, mas que ainda não sofreram desvalorização.

Etapa 3: inclui ativos que atingiram ou estão prestes a atingir seu vencimento, cuja qualidade de crédito sofreu desvalorização significativa, bem como compromissos de empréstimo ou garantias financeiras cujo desembolso seja provável e sua cobrança, duvidosa.

Classificação em etapas: Imediatamente após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro, estima-se se ocorreu deterioração de sua qualidade de risco de crédito, e em que medida, com base nos seguintes critérios:

- Vencimento do prazo contratualmente estabelecido para as amortizações de principal ou de juros superior a 180 dias;
- Queda significativa na classificação de risco de crédito do ativo;
- Deterioração da qualidade de crédito do ativo.

(vi) Realização de receita

Os ganhos oriundos dos juros são contabilizados usando o método da taxa de juros efetiva. Se houver empréstimos em estado de não acumulação de receita, eles serão considerados créditos com redução ao valor recuperável. Considera-se que um empréstimo sofre desvalorização quando a análise das informações disponíveis e dos eventos atuais mostra que há certa probabilidade de que o Banco não possa recuperar o montante total de capital e juros devidos de acordo com os termos do contrato de empréstimo. Quando um empréstimo sofre desvalorização, o Banco reduz o valor contábil desses ativos ao valor recuperável, sendo os fluxos de caixa futuros estimados descontados da taxa de juros efetiva original e revertido, o efeito do desconto, nas receitas financeiras. Os ganhos com os juros sobre empréstimos com desvalorização são contabilizados usando a taxa de juros efetiva original.

4.9 Propriedades e equipamentos

As propriedades são contabilizadas por seu valor contábil, que incorpora o resultado de reavaliações, que, por sua vez, são contabilizadas em resultados abrangentes e acumuladas nas reservas no patrimônio. Se o aumento do ativo por reavaliação tiver sido revertido anteriormente na demonstração de resultados, o aumento posterior deve ser contabilizado também com efeito na demonstração de resultados. As diminuições que venham a

reverter os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos serão contabilizadas, inicialmente, nos outros resultados abrangentes desde que existam excedentes por reavaliação atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são contabilizadas na demonstração de resultados.

Os equipamentos são contabilizados ao custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são contabilizados como ativo separado, se houver alguma probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e seus custos puderem ser avaliados de forma confiável. Os valores contábeis de qualquer componente são contabilizados como item separado. Ao serem substituídos, faz-se sua baixa pelo custo líquido da depreciação acumulada. Os custos de consertos e manutenções são contabilizados na demonstração de resultados no período ou nos períodos nos quais são incorridos.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo Banco são apresentados na Nota 9.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se for o caso, no final de cada gestão. Os valores contábeis dos ativos são ajustados a seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassar seu valor recuperável estimado.

Perdas ou ganhos sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil com o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na demonstração de resultados. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Banco transferir os montantes incluídos em outras reservas para os resultados acumulados.

4.10 Passivo financeiro

Os passivos financeiros consistem em dívidas contraídas para financiar desembolsos esperados em empréstimos e instrumentos derivativos contratados, que fazem parte integral da estratégia de proteção do Banco, para administrar de forma eficaz o risco de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense. O valor justo dos instrumentos classificados para a proteção de fluxos de fundos é explicado na Nota 8.5 e as mudanças na reserva para alterações do valor justo que fazem parte de outros resultados abrangentes são incluídas na Demonstração das Alterações no Capital Próprio e são explicadas na Nota 10.2 (ii).

No início da operação de cobertura, o Banco documenta o objetivo de administração de riscos e sua estratégia, bem como a relação econômica entre os instrumentos de proteção contratados e os ativos e passivos a serem protegidos, incluindo se as alterações nos fluxos de fundos dos instrumentos de proteção contratados irão compensar as alterações nos fluxos de fundos dos ativos e passivos protegidos.

A seguir, incluímos uma explicação das dívidas contratadas e dos instrumentos financeiros derivativos contratados como parte das operações de proteção e das políticas contábeis utilizadas em relação a eles.

Dívidas: São reconhecidas, inicialmente, por seu valor ou preço de compra líquido das despesas incorridas na transação. Depois, as dívidas são avaliadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor desse passivo reconhecido inicialmente e o valor pago efetivamente é contabilizada na demonstração de resultados com base no método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de proteção: Os derivativos são usados unicamente como proteção contra os riscos de exposição a mudanças nas taxas de juros e nas taxas cambiais associadas aos três títulos emitidos no mercado suíço, denominados FONPLATA24, FONPLATA26 e FONPLATA28; e o *swap* de taxa de juros associado a certificado de depósito a taxa fixa de USD 80.000, recebido do Banco Central do Uruguai (vide Notas 2, e 8.5 (ii)).

Os derivativos comportam risco de mercado e de crédito. O risco inerente de mercado de instrumento derivativo consiste na variação potencial da taxa de juros, da taxa de câmbio ou de outros fatores e está relacionado com a natureza e o tipo de instrumento, o volume de transações, seu teor e outros termos próprios de cada contrato, bem como com a volatilidade do valor nominal base do contrato.

O risco de crédito inerente é a possibilidade de que a contraparte da operação de troca não cumpra seu compromisso de integralizar as garantias necessárias para recuperar o montante devido.

O Banco mitiga o risco de crédito em seus instrumentos financeiros derivativos por meio de transações com contrapartes altamente qualificadas, com classificação de crédito de grau de investimento, e assinando um acordo mestre ISDA juntamente com anexo de apoio de crédito associado (CRA, na sigla em inglês), que prevê a compensação de saldos com suas contrapartes.

O Banco documenta formalmente sua relação e seu objetivo de gestão de riscos, bem como sua estratégia de proteção para a contratação do instrumento financeiro derivativo, incluindo o grau de eficácia do instrumento derivativo para compensar os riscos a serem protegidos. Além disto, o Banco documenta o resultado desta estimativa de eficácia, que é realizada de forma prospectiva e retrospectiva, incluindo descrição do método usado para medir o grau de ineficácia do instrumento derivativo.

Este processo inclui relacionar todos os derivativos designados a valor justo, fluxo de caixa ou de moeda estrangeira, com o balanço geral ou com compromissos vinculantes ou com transações projetadas.

O Banco monitora a operação de proteção desde seu início e até seu vencimento, analisando a eficácia dos derivativos utilizados para proteção na neutralização das alterações no valor justo ou nos fluxos de fundos dos itens a serem protegidos, dos compromissos vinculantes ou das transações projetadas, conforme o caso.

As alterações no valor justo do instrumento derivativo, que é altamente eficaz e foi designado e classificado como proteção dos fluxos de caixa, são registradas em outros resultados abrangentes como ganho ou perda, de acordo com sua eficácia como instrumento de proteção, até o encerramento da operação.

A parte ineficaz das alterações no valor justo do instrumento derivativo classificado como proteção dos fluxos de fundos é incluída na demonstração de resultados como custos de dívidas assumidas no período.

O Banco descontinua o tratamento de contabilidade de proteção quando é determinado que esse tratamento deixou de ser eficaz para compensar as alterações nos fluxos de fundos do item protegido. Isso pode ocorrer no momento do vencimento do derivativo; quando ele é vendido, rescindido ou executado; quando o ativo protegido ou o passivo expira, é vendido, rescindido ou executado. O derivativo deixa de ser designado como instrumento de proteção quando é pouco provável que uma transação projetada venha a ocorrer, ou se a Administração determinar que a designação de derivativo como proteção de um item já não é apropriada.

4.11 Outros passivos e obrigações

São montantes que representam passivos referentes a bens e serviços fornecidos ao Banco antes da data de encerramento, mas que ainda não foram pagos. As obrigações de outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Esses passivos são contabilizados inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.12 Fundos especiais

São montantes que representam passivos referentes a investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. As obrigações desses passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas quando os Fundos especiais solicitam dinheiro em espécie ao Banco. Tais passivos são contabilizados inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.13 Outros benefícios a funcionários

São montantes que representam as obrigações com o quadro de pessoal do Banco, sob o Fundo de Pensão (PAC). Esse passivo é pago aos funcionários no momento do encerramento do vínculo empregatício com o Banco. A contribuição realizada anualmente pelo Banco sobre a poupança voluntária dos funcionários está sujeita à retenção com base no tempo de serviço dos participantes. Os montantes retidos em conformidade com os percentuais de retenção estabelecidos no PAC são diferidos e reconhecidos nos resultados do período, à medida que os funcionários cumprem o tempo de serviço exigido para usufruir da totalidade do benefício oferecido pelo PAC. A nota 8.6 – c) inclui explicação detalhada do passivo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

4.14 Capital

O capital autorizado consiste em ações de capital a pagar em dinheiro e em ações de capital a realizar. O capital a pagar em dinheiro representa a porção do capital autorizado que deve ser subscrito e integralizado pelos países membros.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, que exigem que a Presidência Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam os montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são razoáveis nas circunstâncias atuais.

Esta nota oferece panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, respectivamente, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam as demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam a elaboração das demonstrações financeiras do Banco estão relacionadas à:

- Estimativa da provisão para perdas por desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 8.3 (ii).
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 8.4 (iii).
- Estimativa da eficácia dos derivativos mantidos para a proteção de fluxos de caixa – Nota 8.5 (ii).

NOTA 6 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do Banco a riscos financeiros e como esses riscos poderiam impactar seu desempenho financeiro futuro.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
Risco de mercado – Moeda estrangeira	Com exceção da emissão dos títulos denominados em francos suíços, que foram efetivamente protegidos por meio de operações de <i>swap</i> de taxas de juros e moeda, como é informado nas Notas 2, 4.10, e 8.5 (ii), 99,9% dos ativos e passivos financeiros do Banco são denominados em dólares estadunidenses (moeda funcional).	Orçamento de fluxo de caixa	<p>Todas as transações de empréstimos e investimentos, bem como os passivos de relevo apresentados nas demonstrações financeiras, foram ajustadas ou contratadas em dólares estadunidenses.</p> <p>O Banco assinou contratos mestres de compensação executáveis sob a convenção da ISDA, com direito a compensar com a JPM e com o CS, respectivamente. Com base nesses contratos, o Banco contratou operações de <i>swap</i> de moeda para compensar o risco de exposição à variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio ligado a suas emissões de títulos no mercado suíço. Esses derivativos são parte integrante do processo de gestão de riscos do Banco, projetado para minimizar a exposição a riscos financeiros, portanto, foram designados como cobertura de fluxo de caixa.</p>
Risco de mercado: risco da taxa de juros	Risco de exposição a flutuações das taxas de juros ativa e passiva aplicáveis aos empréstimos e às dívidas do Banco.	Análise de sensibilidade.	O Banco estabeleceu políticas para a determinação das taxas de juros com vistas a mitigar os possíveis efeitos das flutuações nas taxas de juros, bem como o

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
	<p>Conforme explicado nas Notas 2, 4.10, e 8.5 (ii), em 13 de março de 2019, em 3 de março de 2021 e em novembro de 2021, respectivamente, o Banco emitiu títulos denominados em francos suíços com prazo de 5 anos, 5 ½ e 7 anos, a taxa fixa. Para cobrir tanto os riscos de taxa de juros como o cambial, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros com o JPM e o CS, respectivamente. Em 5 de maio de 2020, o Banco contratou, ainda, operação de <i>swap</i> com o JPM, com vistas a trocar a taxa de juros fixa, que gera juros no certificado de depósito contratado com o BCU no valor de USD 80.000, pela taxa LIBOR de 6 meses. Os contratos mestres de compensação executáveis, assinados sob a convenção da ISDA, conferem o direito de compensação.</p>		<p>impacto negativo associado a possíveis desajustes na duração da carteira de empréstimos e da dívida contraída para financiá-los.</p> <p>As possíveis exposições decorrentes da emissão dos três títulos denominados em francos suíços a taxa fixa são administradas com eficácia por meio das operações de <i>swap</i> que foram desenhadas para substituir a dívida denominada em francos suíços por dívida denominada em dólares estadunidenses, e a taxa de juros fixa por taxa variável baseada na taxa LIBOR de 6 meses, mais <i>spread</i> fixo, coincidindo com a estrutura de taxas aplicada a todos os empréstimos a seus países membros. Portanto, elimina-se de forma eficaz a exposição ao risco de variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio.</p> <p>Além disso, a operação de <i>swap</i> de taxas de juros contratada com o JPM limita de forma eficaz as possíveis exposições a mudanças na taxa de juros associada ao certificado de depósito.</p>
Risco de mercado – Preço das ações	<p>O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Todos os investimentos consistem em títulos e certificados de depósito, que, de acordo com o modelo de negócios do Banco, são classificados como investimentos disponíveis para a venda ou a serem mantidos até seu</p>	<p>Análise de sensibilidade baseada em mudanças na taxa de juros para títulos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e com base em mudanças na classificação de risco de crédito do emissor</p>	<p>O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço.</p> <p>Os títulos classificados na carteira de disponíveis para venda são monitorados periodicamente. O banco não participa da carteira de negociação nem de atividades de negociação.</p>

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
	vencimento.	para títulos mantidos até seu vencimento, mensurados ao custo amortizado.	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, investimentos a valor de mercado com alterações em ORA, investimentos ao custo amortizado e instrumentos derivativos financeiros para a cobertura de fluxos de proteção de dívida.	- Análise de áreas em função da duração de empréstimos, derivativos, títulos e outros instrumentos - Análise do risco de crédito - Provisão para empréstimos	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para investimentos a valor de mercado e investimentos ao custo amortizado. Limites à concentração de risco de crédito aplicados a países membros e empréstimos sem garantia soberana. Sem empréstimos do setor privado.
Risco de liquidez	Dívidas, outros passivos e obrigações com fundos especiais.	Previsões de fluxo de caixa	Disponibilidade de fundos necessários para cumprir as obrigações e compromissos por um período mínimo de 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

O Banco administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos, que abrange os riscos financeiros de mercado e taxa de juros, os riscos operacionais e os riscos estratégicos. A gestão integral de riscos do Banco está focada em garantir que os riscos sejam mantidos permanentemente dentro de parâmetros estabelecidos pelas políticas financeiras do Banco e que refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. A gestão integral de riscos visa, assim, evitar os riscos que vão além do limite de tolerância do Banco e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Seguindo as boas práticas internacionais com relação à gestão de riscos, o Banco adotou a classificação de riscos e as definições do *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC – Escritório Controlador da Moeda, dos EUA) e Basileia II.

A estratégia integrada de gestão de riscos do Banco baseia-se em modelo de projeção de seus fluxos de caixa e equivalentes nos prazos curto, médio e longo, bem como na projeção de seu balanço patrimonial e receitas. Essas projeções são permanentemente revisadas e ajustadas aos valores reais obtidos e monitorados para projetar o montante de aprovações de empréstimos, desembolsos de empréstimos, dívidas para financiá-los, compromissos e obrigações, bem como o pagamento das despesas administrativas a serem incorridas para alcançar a receita líquida esperada e as exigências de liquidez.

6.1 Risco de moeda

A totalidade dos ativos financeiros, cerca de 99,9% de seu passivo, depois de considerar as operações de *swap* de taxa de juros e moeda, são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional do Banco. Portanto, as demonstrações financeiras do Banco não estão expostas a risco significativo diante de potenciais variações nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de taxa de juros

A taxa de juros aplicada aos empréstimos do Banco é a taxa LIBOR de 6 meses com *spread* fixo. O *spread* fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando atingir equilíbrio entre a acumulação de capital de longo prazo, de forma a garantir a autossustentabilidade do Banco, e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para seus países membros. O Banco aplica modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para administrar os resultados, que responde a horizonte de planejamento de médio e longo prazos. O modelo possibilita, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para dar conta de todos os fins estabelecidos em suas políticas financeiras e realizar, oportunamente, os ajustes no *spread* fixo diante de mudanças significativas nos pressupostos e estimativas utilizados. Essa exposição é medida e avaliada regularmente pelo Banco para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

Em conformidade com a política de gestão de receitas e encargos financeiros, o Banco estabelece anualmente um *spread* fixo aplicável a novas operações de empréstimos para o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional). Para os empréstimos aprovados a partir de 1 de janeiro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou estrutura de taxas de juros por meio da qual as taxas de juros são estabelecidas de acordo com o prazo dos empréstimos (Resolução 1431/2019 da Diretoria Executiva, de 29 de fevereiro de 2019).

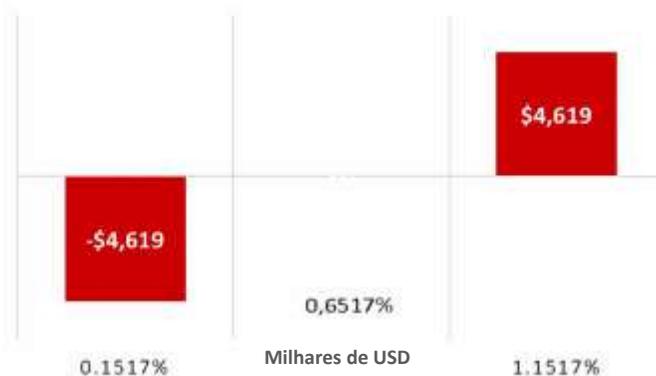
O Presidente Executivo está habilitado a estabelecer taxas com *spreads* fixos diferenciados para empréstimos com prazos inferiores a 15 anos. Neste sentido, para incentivar os tomadores de recursos a tomarem empréstimos com prazos menores, foram aprovadas taxas operacionais diferenciadas.

Para o Banco, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa LIBOR de 6 meses. O Banco realiza análise de sensibilidade para determinar a variação dos resultados ou do patrimônio como resultado de mudanças na taxa LIBOR de 6 meses.

O cálculo da análise de sensibilidade foi realizado com a taxa LIBOR de 6 meses equivalente a 65 pontos base.

A análise apurou os valores máximo e mínimo para a taxa LIBOR de 6 meses, de 115 pontos base e 15 pontos base, respectivamente. Se ocorrer a variação positiva ou negativa de 50 pontos base, a receita líquida futura poderia aumentar ou diminuir USD 4.619, respectivamente.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS VARIAÇÃO DA TAXA LIBOR DE 6 MESES



6.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do Banco em decorrência de mudanças nas condições do mercado. O Banco administra os riscos de mercado, que impactam principalmente suas carteiras de investimentos e de empréstimos, por meio de medidas diversas para garantir que a exposição a riscos seja mantida dentro dos limites estabelecidos em suas políticas (vide Notas 4.8, 8.2 e 8.3, para mais detalhes).

Os investimentos do Banco visam assegurar o financiamento de desembolsos de empréstimos, o serviço e amortização de suas dívidas e o pagamento de suas despesas de funcionamento. Consequentemente, o Banco classifica seus ativos de investimento em duas carteiras diferentes, de acordo com seu propósito:

- **Investimentos destinados a satisfazer a programação normal dos desembolsos, serviços e amortizações de dívida e o pagamento de despesas administrativas, incluídos no orçamento trienal:** Esses investimentos são designados como investimentos a serem mantidos até o vencimento e avaliados pelo custo amortizado e ajustados a seu valor justo, no caso de desvalorização, por meio de provisão para perdas por desvalorização.
- **Investimentos mantidos para garantir liquidez adicional para responder a desembolsos de empréstimos não programados ou a mudanças inesperadas nas condições do mercado e nas taxas de juros:** Em cumprimento a seus princípios de gestão prudencial, esses investimentos são classificados como investimentos disponíveis para venda avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Conforme assinalado na Nota 8.7, o Banco usa metodologia para a determinação do valor justo baseada em três níveis, conforme a disponibilidade de determinado valor de mercado. Com base nessa metodologia, o Banco faz a análise de sensibilidade de suas carteiras de investimentos para apurar as eventuais perdas máximas como resultado de mudanças nas taxas de juros dos investimentos classificados como disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e de mudanças na classificação de risco de crédito dos investimentos classificados na carteira de investimentos para serem mantidos até seu vencimento, avaliados pelo custo amortizado e regularizados a seu valor justo por meio de provisão, nos casos em que o valor justo for menor.

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima a risco de perdas por alterações no preço dos investimentos classificados como investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), como resultado de variação de 50 pontos base na taxa de juros, e de perdas por desvalorização de um nível para a classificação de risco de crédito do emissor, para investimentos designados para serem mantidos até seu vencimento, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente:

Carteira	Análise de sensibilidade dos investimentos					
	Exercícios findos em 31 de dezembro de					
	2021			2020		
	Valor contábil ⁱ USD	Perda máxima USD	Variação %	Valor contábil USD	Perda máxima USD	Variação %
Investimentos disponíveis para venda até 12 meses – VJORA	192.965	444	0,23	89.839	375	0,42
Mantidos até seu vencimento até 12 meses – Custo amortizado	-.-	-.-	-.-	33.108	8	0,02
Certificados a prazo fixo e depósitos a prazo	151.850	-.-	-.-	51.316	-.-	-.-
Total até 12 meses	344.815	444	0,13	174.263	383	0,22
Investimentos disponíveis para venda por mais de 12 meses – VJORA	159.823	1.046	0,65	231.222	3.336	1,44
Mantidos até seu vencimento por mais de 12 meses – Custo amortizado	-.-	-.-	-.-	1.298	-.-	-.-
Total superior a 12 meses	159.823	1.046	0,65	232.520	3.336	1,43
Total	504.638	1.490	0,30	406.783	3.719	0,91

ⁱ O valor contábil dos investimentos baseia-se no valor justo, para os investimentos disponíveis para venda, e no custo amortizado, para investimentos mantidos até o vencimento. A totalidade dos investimentos designados como disponíveis para venda e a maior parte dos investimentos mantidos até seu vencimento são negociados no mercado, portanto, seu valor justo é determinado com base no mercado (Nível 1). Para os investimentos mantidos até o vencimento que não são negociados regularmente no mercado, há transações recentes que oferecem base razoável para estimar seu valor justo a fim de compará-lo com seu custo amortizado (Nível 2). O Banco não possui instrumentos de investimento para os quais não seja possível estabelecer o valor justo nem que precisem da aplicação de modelos de avaliação (Nível 3).

6.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição da carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital, que relaciona o montante de ativos financeiros ponderado por riscos com o total do patrimônio, assegura cobertura razoável de exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

A maioria dos empréstimos outorgados pelo Banco tem garantia de risco soberano dos países membros. A partir de 2020, foi aprovada a criação de nova linha para o financiamento sem garantia soberana, inicialmente voltada para bancos de desenvolvimento e empresas de capital principalmente público, nos âmbitos nacional ou subnacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco aprovou novo financiamento sem garantia soberana de USD 42.000, para a *Corporación Vial del Uruguay* (CVU), e aumentou em USD 6.000 a linha de crédito aprovada em 2020 para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMG), de USD 36.000 para USD 42.000 (31 de dezembro de 2020 – USD 72.000 aprovados e totalmente desembolsados em duas operações de financiamento). Vide Notas 2 e 8.4 (i), para mais detalhes.

As políticas financeiras e o regulamento de empréstimos estabelecem as ações a serem tomadas com relação ao descumprimento e aos saldos vencidos em empréstimos. Tais políticas e regulamentos fazem parte integral das cláusulas contratuais incluídas em todos os contratos de empréstimo. Além disso, o Banco usa uma

metodologia para determinar a adequação de sua provisão para desvalorização potencial em empréstimos a receber e utiliza diferentes fatores com relação à sua carteira de empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana, como é explicado na Nota 4.8.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir adequada diversificação e combinação de fontes e prazos de vencimento. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, a nota de classificação de risco média da carteira de investimentos do Banco manteve-se em AA, ultrapassando a nota de classificação média exigida pela política de investimentos de AA-.

6.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da entidade de cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis. O Banco tem o nível de liquidez mínimo exigido, estabelecido em sua política de liquidez como o necessário para cobrir todos seus compromissos, desembolsos de empréstimos, serviço de dívida e pagamento de despesas administrativas e de capital por período de 12 meses. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, o Banco não assumiu compromissos nem obrigações que pudessem gerar exposição ao risco de liquidez nos prazos curto ou médio.

A tabela a seguir mostra os ativos líquidos e os passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	USD	USD
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	128.261	32.037
Investimentos – Notas 8.2 e 8.3	504.638	406.783
Liquidez bruta	<u>632.899</u>	<u>438.820</u>
Derivativos para proteção do fluxo de caixa – Nota 8.5 (ii)	--	5
Dívidas – Nota 8.5	926.741	568.324
Outros passivos ¹ – Nota 9.3	3.149	1.982
Fundos especiais – Nota 8.6	21.891	15.066
Total do passivo	<u>951.781</u>	<u>585.377</u>

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,49 e 0,98 anos, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

NOTA 7 – GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

7.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perda econômica ou financeira como resultado de falha nos processos internos ou sistemas, seja por comissão, omissão ou evento externo adverso. O Banco mantém organizados, atualizados e em funcionamento os procedimentos, as políticas e as práticas de gestão de operações, de forma a prevenir os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações e preparar o Banco para enfrentá-los. O Banco conta com governança e sistema de controle interno eficazes, bem como com normas de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais e jurídicos aplicáveis, de acordo com suas próprias políticas e com as de seus países membros.

7.1.1 Mudança esperada na taxa de juros LIBOR de 6 meses à taxa de juros SOFR

Conforme explicado na Nota 6.2, a taxa de juros de referência usada pelo Banco é a taxa LIBOR USD de 6 meses, mais *spread*. A taxa LIBOR de 6 meses é apurada e publicada diariamente pela *ICE Benchmark Administration* (IBA), organização regulada pela *Financial Conduct Authority* (FCA), do Reino Unido. A IBA anunciou que, depois de consultas e da autorização da FCA, a partir de 1 de janeiro de 2022, irá descontinuar a publicação da taxa LIBOR para 7 e 60 dias, respectivamente. Anunciou, ainda, que os demais prazos da taxa LIBOR, incluindo a taxa LIBOR USD de 6 meses usada pelo Banco, serão descontinuados a partir de 1 de julho de 2023, após consulta e com a autorização do FCA. Essa mudança acarreta implicações para todas as transações que usam a taxa LIBOR USD de 6 meses como componente variável. No caso do Banco, para todas as operações de empréstimo e dívidas contratadas com outros BDM e agências e para a parte variável de derivativos existentes.

O *Alternative Reference Rates Committee* (ARRC) é a organização encarregada de encontrar uma taxa de juros alternativa para substituir a taxa LIBOR USD. Em 2017, o ARRC identificou a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa substituta para a taxa LIBOR USD. O *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque é o administrador da SOFR e produz e publica a taxa de juros diariamente. O ARRC emitiu recomendações sobre o uso da linguagem de *fallback*, do *spread* LIBOR USD/SOFR e outras.

O Banco adotou a linguagem de *fallback* em todos os contratos de empréstimo aprovados a partir da segunda metade de 2020, usando a taxa SOFR sob a modalidade “vencida” a partir de 1 de janeiro de 2022. Em vista disso, o Banco está no meio do processo de ajustar seus sistemas de processamento de dados para realizar as mudanças necessárias nos módulos de empréstimos, investimentos e dívidas, de forma a tê-los em produção até o final do primeiro trimestre de 2022. Adicionalmente, a documentação dos empréstimos subscritos antes de 31 de dezembro de 2021 começou a ser alterada em coordenação com cada país membro para incluir essas mudanças.

O Banco continuará a acompanhar de perto as orientações referentes à substituição da LIBOR pela SOFR, de forma a garantir a apropriada mitigação do risco operacional próprio dessa mudança.

7.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico – É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da entidade, da aplicação incorreta de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento onde atua. O Banco tem Plano Estratégico Institucional (PEI), aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para possibilitar sua mensuração no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui resumo do que foi atingido no exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do Banco resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para atingi-los, baseados na matriz de resultados estabelecida no PEI. Dessa forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo, de maneira a avançar na consecução desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para o Banco, em termos da consecução das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento – É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa a reputação da entidade. O Banco é pessoa jurídica internacional regida por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos e conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável por Compliance e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam, de outra forma, desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação – É o risco derivado de opinião pública negativa, que impacta a capacidade da organização de estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade em processo judicial ou gerar perda financeira ou pôr em risco sua competitividade. Por meio da área de comunicações, o Banco faz o monitoramento regular deste risco e, da área de operações, faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até hoje, não há indícios deste risco para o Banco.

NOTA 8 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do Banco, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pelo Banco.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo a avaliação profissional utilizada e as incertezas que afetam as estimativas.

O Banco mantém os seguintes instrumentos financeiros ativos:

	Nota	Ativos financeiros ao valor justo por meio de ORA USD	Ativos financeiros a custo amortizado USD	Total USD
31 de dezembro de 2021				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	24.652	103.609	128.261
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	355.043	-	355.043
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-	151.961	151.961
Carteira de empréstimos ²	8.4	-	1.514.339	1.514.339
Subtotal		379.695	1.769.909	2.149.604
Derivativos para a proteção do fluxo de caixa	8.5	694	-	694
Total ativos financeiros		380.389	1.769.909	2.150.298
Passivo financeiro:				
Dívidas	8.5	-	(926.741)	(926.741)
Outros passivos	8.5	-	(3.149)	(3.149)
Fundos especiais	8.5	-	(21.891)	(21.891)
Total passivo financeiro		-	(951.781)	(951.781)
Ativos financeiros líquidos		380.389	818.128	1.198.517

	<u>Nota</u>	<u>Ativos financeiros ao valor justo por meio de ORA</u> <u>USD</u>	<u>Ativos financeiros a custo amortizado</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
31 de dezembro de 2020				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	--	32.037	32.037
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	322.778	--	322.778
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	--	85.826	85.826
Carteira de empréstimos ²	8.4	--	1.247.631	1.247.631
Total ativos financeiros		<u>322.778</u>	<u>1.365.494</u>	<u>1.688.272</u>
Passivo financeiro:				
Derivativos para a proteção do fluxo de caixa	8.5	(5)	--	(5)
Dívidas	8.5	--	(568.324)	(568.324)
Outros passivos	8.5	--	(1.982)	(1.982)
Fundos especiais	8.5	--	(15.066)	(15.066)
Total passivo financeiro		<u>(5)</u>	<u>(585.372)</u>	<u>(585.377)</u>
Ativos financeiros líquidos		<u>322.773</u>	<u>780.122</u>	<u>(1.102.985)</u>

¹Inclui juros e outras receitas de investimentos.

²Inclui juros e outras receitas de empréstimos.

A exposição do Banco aos riscos ligados a instrumentos financeiros é apresentada na Nota 8.5 (ii). O nível máximo de exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, corresponde aos saldos acima registrados para cada um dos ativos financeiros mantidos.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

SalDOS em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
SalDOS em bancos	62.615	32.037
Depósitos a prazo fixo e títulos de curto prazo	65.646	--
Total	<u>128.261</u>	<u>32.037</u>

(i) Classificação de equivalentes de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalentes de caixa, quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de sua aquisição. Da Nota 4.6 consta a política com relação a caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem a títulos emitidos por emissores de alta qualidade e consistem em:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Títulos soberanos	225.943	173.514
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	111.201	132.482
Setor financeiro	13.587	12.969
Títulos do Tesouro da República Argentina	2.057	2.096
Subtotal	<u>352.788</u>	<u>321.061</u>
Juros acumulados a receber	2.255	1.717
Total	<u>355.043</u>	<u>322.778</u>

Na data da disposição dos investimentos, o saldo reconhecido nas “reservas de investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” faz parte da determinação dos resultados do exercício.

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, o Banco não mantinha investimentos com coligadas.

(ii) Classificação dos investimentos mantidos pelo valor justo com efeito em outros resultados abrangentes

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os fluxos de caixa contratuais desses ativos provêm apenas do capital e dos juros e o objetivo do modelo de negócios do Banco sobre esses ativos é atingido por meio da cobrança dos fluxos de caixa contratuais e da venda desses ativos.

(iii) Desvalorização

Vide Nota 4.8 para mais detalhes a respeito das políticas aplicáveis à apuração da desvalorização e à exposição dos ativos financeiros a ela.

(iv) Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reconheceu perda líquida não realizada de USD 9.700, em sua demonstração dos resultados abrangentes. Essa perda é composta por perda não realizada por alterações no valor de mercado de investimentos, de USD 3.928, e de perda não realizada, de USD 5.744, na valorização de operações de *swap* cambial e de taxas de juros (31 de dezembro de 2020, perda líquida de USD 794, que consiste em USD 2.417 relativo a perdas líquidas por alterações no valor de mercado de investimentos mantidos ao valor justo, e ganhos de USD 1.651 por alterações no valor de mercado na parte efetiva de derivativos designados como cobertura do fluxo de caixa dos títulos circulantes). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado abrangente diminuiu de USD 28, como resultado da depreciação do montante decorrente da reavaliação técnica da propriedade reconhecida em 2018, USD 812 (31 de dezembro de 2020 – USD 28).

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

A Nota 8.7 apresenta informações importantes sobre os métodos e pressupostos usados na determinação do valor justo.

Todos os investimentos ao valor justo são denominados em dólares americanos, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

8.3 Investimentos a custo amortizado

Os investimentos classificados nesta categoria são certificados de depósitos e investimentos em títulos e obrigações, compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
<u>Investimentos em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito</u> ⁽¹⁾		
Soberanos	141.860	28.853
Organismos multilaterais de desenvolvimento	9.990	22.463
Subtotal	151.850	51.316
<u>Investimentos em outros valores</u> ⁽²⁾		
Títulos soberanos	-.-	28.544
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	-.-	1.298
Títulos do setor financeiro	-.-	4.564
Subtotal	-.-	34.406
Capital investido	151.850	85.722
Juros e comissões acumulados a receber	111	105
Total	151.961	85.827

(1) Os investimentos são depósitos a prazo e certificados de depósito, com vencimento original superior a três meses.

(2) Os investimentos incluem títulos soberanos e títulos emitidos por organizações multilaterais de desenvolvimento e outras instituições financeiras cujos títulos comerciais se encaixam no perfil de risco estabelecido para os investimentos do Banco.

(i) Investimentos mantidos até o vencimento

O Banco considera como investimentos mantidos até o vencimento a custo amortizado aqueles ativos financeiros que são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é atingido pela obtenção de fluxos de caixa estipulados em contrato, em datas específicas, correspondentes a amortização do capital e pagamento de juros. Com base nos resultados da estimativa realizada pelo Banco, referente à PCE dos investimentos mantidos ao custo amortizado, a Instituição determinou que seu valor contábil em 31 de dezembro de 2021 é inferior ao valor justo estabelecido com base no preço de mercado, portanto, nenhuma provisão foi realizada (2020 – Nenhuma).

(ii) Desvalorização e exposição ao risco

A partir do anúncio oficial de 4 de agosto de 2020, por meio do decreto 676/2020, a República Argentina aprovou os termos aplicáveis ao programa de troca das diferentes séries de títulos em circulação. Em sua qualidade de detentor das séries de títulos “PAR” e “DISCOUNT”, recebidos em 2005 como parte da troca de dívida realizada naquela ocasião, o Banco participou desta nova proposta de reestruturação de dívida e trocou sua posse de títulos

“PAR”, cujo valor nominal na data do acordo de troca era de USD 2.279, recebendo USD 2.279 em títulos da série USD 2041 L.A. Além disso, trocou sua posse de títulos série “DISCOUNT”, cujo valor nominal na data da troca era de USD 2.308, e o capitalizado, de USD 3.236, respectivamente, por USD 3.236 em valor nominal em títulos da série USD 2038 L.A. Como parte dessa troca e como incentivo para a aceitação antecipada dos termos propostos pelo governo argentino, o Banco recebeu USD 218 em valor nominal de títulos da série USD 2029 L.A., em reconhecimento pelo pagamento do cupom não pago de juros acumulados nos títulos entregues em troca em 4 de setembro de 2020 (USD 37 correspondentes a juros acumulados no cupom da série “PAR” e USD 181, acumulados no cupom da série “DISCOUNT”).

O Banco registrou essa operação de troca, substituindo sua posse de títulos “PAR” e “DISCOUNT” pelas novas séries recebidas em títulos USD 2038 L.A. e USD 2041 L.A., a seu valor nominal, que é o mesmo valor das séries entregues em troca. Consequentemente, a troca não gerou quaisquer ganhos ou perdas além da reclassificação em ORA do montante da provisão para perdas por desvalorização por perdas esperadas na posse de títulos PAR e DISCOUNT que, na data de liquidação, 8 de setembro de 2020, era de USD 3.852, compostos por USD 2.960 reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e USD 892 reconhecidos entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2020.

Os títulos recebidos em troca foram classificados como investimentos disponíveis para venda e, portanto, avaliados a VJORA, refletindo a intenção do Banco de vendê-los no momento apropriado.

8.4 Carteira de empréstimos

A composição da carteira de empréstimos a receber por país membro é a seguinte:

País	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Argentina	403.808	322.860
Bolívia	355.393	331.636
Brasil	143.243	106.045
Paraguai	275.547	179.773
Uruguai	269.610	239.181
<i>Carteira de empréstimos bruta com garantia soberana (GS)</i>	<u>1.447.601</u>	<u>1.179.495</u>
<i>Carteira de empréstimos bruta sem garantia soberana” (SGS)</i>	<u>72.000</u>	<u>72.000</u>
<i>Total carteira bruta</i>	<u>1.519.601</u>	<u>1.251.495</u>
Menos: Taxa de administração a creditar	<u>(3.595)</u>	<u>(4.723)</u>
<i>Subtotal carteira de empréstimos</i>	<u>1.516.006</u>	<u>1.246.772</u>
Menos: Provisão p/perdas por desvalorização potencial em empréstimos GS	<u>(11.123)</u>	<u>(8.491)</u>
Menos: Provisão para desvalorização potencial de empréstimos SGS	<u>(1.217)</u>	<u>(1.250)</u>
<i>Total carteira líquida de empréstimos</i>	<u><u>1.503.666</u></u>	<u><u>1.237.031</u></u>

Os juros acumulados a receber sobre empréstimos totalizam USD 10.673 e USD 10.600, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, todos os empréstimos foram classificados no Nível 1. O saldo da provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é o seguinte:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Provisão no início do exercício de período ou ano GS	8.491	12.239
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos GS	2.632	(3.748)
Subtotal provisão GS	<u>11.123</u>	<u>8.491</u>
Provisão no início do exercício de período ou ano SGS	1.250	-.-
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos SGS	(33)	1.250
Subtotal provisão SGS	<u>1.217</u>	<u>1.250</u>
Provisão p/desvalorização potencial de empréstimos	<u><u>12.340</u></u>	<u><u>9.741</u></u>

A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

<u>Prazo de vencimento</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Até um ano de prazo	108.752	75.667
Um a dois anos	147.786	98.918
Dois a três anos	176.558	127.677
Três a quatro anos	169.383	147.428
Quatro a cinco anos	145.965	136.154
Mais de cinco anos	771.156	665.651
Total carteira de empréstimos bruta	<u><u>1.519.601</u></u>	<u><u>1.251.495</u></u>

(i) Classificação da carteira de empréstimos

A maior parte da carteira de empréstimos corresponde a empréstimos outorgados com garantia soberana do país membro. Desde 2020, o Banco começou a outorgar financiamentos a bancos e empresas com capital principalmente público, em nível subnacional. O saldo pendente desses empréstimos representa cerca de 4,7% dos empréstimos brutos pendentes em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 – 5,7%).

Os empréstimos com garantia soberana são aqueles nos quais os países membros reconhecem a condição de credor preferencial do Banco.

Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e seus respectivos termos, não constituem instrumentos derivativos. As cobranças de amortizações do principal respondem a montantes estabelecidos e os empréstimos não são comercializados em mercado ativo de valores. Como é explicado na Nota 13, o montante de amortizações do principal a ser recebido nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício é classificado como corrente e o saldo restante, como não corrente. As Notas 4.7 e 4.8 (v) descrevem as políticas contábeis usadas em relação à contabilização da carteira de empréstimos e o reconhecimento de desvalorizações potenciais, respectivamente.

O PEI 2022—2026, aprovado pela Assembleia de Governadores em 17 de setembro de 2021, inclui o financiamento de atividades de pré-investimento, investimento, cooperação técnica e de geração de conhecimento. Para tanto, o PEI 2022—2026 baseia-se na aprovação pela Assembleia de Governadores, em 2019, de uma alteração na “Política de Apropriação dos Recursos de Financiamento” com vistas a permitir o financiamento de sociedades de economia mista nos países membros nos âmbitos nacional e subnacional, sem garantia soberana (SGS). Antes dessa alteração, a Diretoria Executiva aprovou nova linha de financiamento para operações SGS em novembro de 2019.

Sob essa nova linha de financiamento SGS, o Banco está autorizado a outorgar empréstimos e garantias a sociedades de economia mista e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Para serem elegíveis para o financiamento, essas instituições devem cumprir as exigências de capacidade financeira e liquidez e contar com classificação de risco de crédito estabelecida pelo Banco.

A partir da criação dessa nova linha de financiamento de garantia sem garantia soberana a bancos e empresas públicas com capital principalmente público em 2020, e até 31 de dezembro 2021, o Banco aprovou três empréstimos e aumentou o montante de uma linha de crédito para o total de USD 120.000, dos quais USD 72.000 já foram desembolsados (2020 – USD 72.000 aprovados e totalmente desembolsados). Esses financiamentos correspondem a linhas de crédito renováveis com vigência de até 8 anos, com carência de até 2 anos e de até 5 anos de amortização. Da mesma forma que nos financiamentos outorgados com garantia soberana, esses empréstimos acumulam juros com base na taxa de referência LIBOR de 6 meses mais um *spread* estabelecido com base na classificação de risco de crédito no momento da aprovação do financiamento. Além disso, esses financiamentos geram comissão de compromisso sobre o saldo desembolsado em cada etapa aprovada dentro da linha de crédito mais uma taxa de administração com base na vigência de cada etapa.

As operações sem garantia soberana exigem que o tomador de recursos pague soma inicial não reembolsável para cobrir os custos legais e de risco de crédito próprios do processo de geração do empréstimo.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil seja próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber desses ativos são próximos ao valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

As provisões para possíveis perdas em empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana são mantidas em nível considerado adequado pelo Banco para absorver as perdas eventuais inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

Conforme assinalado na Nota 4.7, a acumulação de juros na carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros acumulados a receber em empréstimos declarados em moratória são registrados no momento da cobrança efetiva, até que esses empréstimos voltem a ser declarados novamente em estado de acumulação de renda. Esta condição exige que a totalidade do principal e das comissões ou juros devidos pelo tomador de recursos seja quitada, bem como a certeza de que ele tenha superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O Banco não teve e não tem atualmente empréstimos em estado de moratória. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o Banco constitui uma provisão para refletir uma potencial impossibilidade de cobrar de sua carteira de empréstimos.

Além disso, o Banco mantém políticas de exposição a riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações de mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o Banco usa determinados parâmetros de mensuração, tais como: os montantes de seu patrimônio e o total de ativos. O Banco faz revisão trimestral do estado de sua carteira de empréstimos para avaliar desvalorizações que possam afetar sua cobrabilidade total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição ao risco de crédito, moeda e taxa de juros foram incluídas nas Notas 4.7 e 6.

8.5 Dívidas

As dívidas incluem empréstimos a receber contratados com outros organismos multilaterais e bilaterais de desenvolvimento (OMD); instituições financeiras; depósitos a prazo de bancos centrais dos países membros do Banco; títulos e instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção; e garantias recebidas ou pagas em conformidade com o contrato mestre ISDA, com direito a compensação e liquidação de saldos para compensar o risco de crédito no caso de descumprimento pela contraparte na operação de *swap* de taxa de juros e de moeda contratada. O valor líquido da operação de *swap* a receber e a pagar, junto com o valor da garantia recebida do J.P. Morgan (JPM) e do Crédit Suisse (CS), é o saldo líquido a pagar de USD 694, em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 – USD 5 de saldo líquido a receber), e é registrado em “Derivativos para a proteção de fluxos de caixa”, no balanço patrimonial.

O total de dívida em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Dívidas		
Empréstimos e certificados de depósito a custo amortizado	381.536	398.968
Títulos	547.825	170.222
Menos: despesas de emissão de dívida a amortizar	<u>(2.620)</u>	<u>(866)</u>
<i>Total</i>	<u>926.741</u>	<u>568.324</u>

(i) Empréstimos de OMD e outras instituições e certificados de depósitos a prazo de bancos centrais

O saldo pendente de dívidas contratadas pelo Banco para o financiamento de desembolsos em empréstimos aprovados a seus países membros é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Banco de Desenvolvimento da América Latina – Vide (1) abaixo	64.000	69.333
Depósitos a prazo de Bancos Centrais – Vide (2) abaixo	80.000	210.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento – Vide (3) abaixo	100.000	88.098
Agência Francesa de Desenvolvimento – Vide (4) abaixo	20.000	20.000
Banco Europeu de Investimentos (BEI) – Vide (5) abaixo	12.000	6.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) – Vide (6) abaixo	5.536	5.536
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) – Vide (7) abaixo	<u>100.000</u>	<u>-</u>
<i>Total</i>	<u>381.536</u>	<u>398.967</u>

Em março de 2018, a Diretoria Executiva do Banco atualizou suas políticas financeiras por meio da RDE 1409. Dentre as alterações realizadas, foram modificadas a metodologia para determinar a capacidade de empréstimo, aplicando múltiplo de três ao patrimônio, e a metodologia para determinar o limite máximo de endividamento, estabelecendo-o como o montante equivalente à soma dos ativos líquidos mais duas vezes o montante do patrimônio.

O Banco desenhou sua estratégia de dívida e de programação financeira, de forma a diversificar as fontes de financiamento e obter um custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

- (1) No âmbito do Convênio Quadro vigente com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), assinado em 14 de novembro de 2016. Em 12 de junho de 2020, o Banco realizou desembolso de USD 64.000 contra a linha de crédito não usada. Os termos aplicáveis para este novo desembolso preveem pagamento único depois de dois anos com pagamentos semestrais de juros com base na taxa LIBOR de 6 meses mais *spread*. No âmbito de sua política de administração estratégica da liquidez, em 17 de setembro de 2021, o Banco assinou nova linha de crédito não rotativo de USD 100.000 com prazo 10 de junho de 2022. No exercício findo em 31 dezembro de 2021, essa linha de crédito ainda não tinha sido usada.
- (2) O Banco acordou com os Bancos Centrais de seus países membros a possibilidade de aceitar fundos denominados em dólares estadunidenses a médio prazo. A tabela a seguir mostra a data de captação de fundos, seu vencimento e a taxa de juros aplicável.

<u>Banco Central</u>	<u>Em 31 de dezembro de</u>		<u>Data de captação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Tipo de taxa de juros</u>
	<u>2021</u> USD	<u>2020</u> USD			
Bolívia	-.-	30.000	15/5/2018	15/5/2021	LIBOR 6 meses mais <i>spread</i>
Bolívia	-.-	50.000	5/6/2020	11/8/2021	LIBOR 6 meses mais <i>spread</i>
Uruguai	-.-	50.000	5/5/2020	11/5/2021	Fixa ¹
Uruguai	80.000	80.000	5/5/2020	5/5/2023	Fixa ¹
Total	80.000	210.000			

¹De acordo com suas políticas prudenciais de risco, o Banco mudou as obrigações assumidas à taxa fixa por obrigações com base na taxa LIBOR de 6 meses. Essa operação de derivativos foi realizada no âmbito do contrato mestre ISDA assinado com o JPM em março de 2018 (vide Notas 2 e 8.5 (ii), para mais detalhes).

- (3) Em 1 de dezembro de 2017, o Banco assinou acordo de financiamento de USD 100.000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo está baseado na taxa LIBOR de 3 meses e prevê prazo de desembolso de 5 anos, período de carência de 5 ½ anos e período de amortização de 25 anos. Ao amparo deste acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto o financiamento retroativo de até USD 20.000, com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 15 de junho e 15 de novembro de 2017. Além disso, e para otimizar a gestão de recursos sob essa linha, ambas as partes acordaram que o Banco realizaria os desembolsos a serem requeridos nos empréstimos elegíveis e o BID reembolsaria o Banco no montante desembolsado sob a modalidade de reconhecimento de despesas. Assim, os fundos tomados pelo Banco sob essa linha de crédito são de disponibilidade livre para o Banco. Em 25 de junho de 2021, o Banco recebeu USD 7.712 a título de reembolso de desembolsos realizados em projetos elegíveis e, em 28 de junho de 2021, o Banco recebeu USD 4.190 para serem alocados ao reembolso de desembolsos realizados nos projetos ARG-35 e ARG-39, (em 2 de novembro de 2020, o Banco recebeu USD 27.883). Com o reembolso recebido em 31 de dezembro de 2021, essa linha de crédito foi totalmente desembolsada, totalizando o montante devido ao BID USD 100.000 (USD 88.098, em 31 de dezembro de 2020). Até hoje, o Banco mantém negociações avançadas para nova linha de crédito por etapas no montante de USD 300.000, com uma primeira etapa de USD 100.000.

A próxima tabela apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o BID, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimos	31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente			
	BID			A ser
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Montante não financiável</u>	<u>financiado pelo FONPLATA</u>
ARG-26/2016 Modernização	750	750	--	6.750
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	10.000	2.000	8.000	10.000
ARG-31/2016 BICE 1ª Etapa	14.328	14.328	--	5.672
ARG-31/2016 BICE 2ª Etapa	13.881	13.881	--	6.119
ARG-35/2017 Infraestr. para a integração	11.500	2.220	9.280	10.700
ARG-32/2016 Aristóbulo del Valle	20.000	9.709	10.291	17.214
ARG-39/2018 Rodovia 13 Chaco	20.000	20.000	--	45.000
BRA-16/2014 Corumbá	10.000	10.000	--	30.000
PAR-20/2015 Integração	23.250	22.922	328	46.750
PAR-25/2018 Rotas Jesuíticas	12.000	--	12.000	--
Adiantamento para projetos ARG-35/ARG-39 ²	--	4.190	(4.190)	(4.190)
Projetos elegíveis não desembolsados	(35.709)	--	--	--
Total	100.000	100.000	35.709	174.015

² Esta importância será alocada mais adiante.

Além disso, e ao amparo do acordo de financiamento N.º 4377/OC-RG, o Banco e o BID assinaram a ATN/OC-16469-RG para a Integração Regional da Bacia do Prata: Integração de Corredores Regionais, que prevê a concessão ao Banco de até USD 500 em recursos de cooperação técnica. Adicionalmente, e no âmbito dos termos da ATN/OC-16469-RG, o BID aprovou a ATN/OC-1728-RG, descentralizando os recursos reservados para o subcomponente 1.2 no total de USD 100. Desse montante, o Banco solicitou desembolsos no total de USD 70. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco tinha desembolsado USD 64,05 desses recursos em sete parcelas por consultoria de serviços profissionais e desenvolvimento de aplicativos eletrônicos para melhoria da administração de operações do Banco. As tarefas realizadas lançaram as bases para um sistema de gestão da documentação. O restante não utilizado, de USD 5,94, foi reembolsado ao BID em 28 de janeiro de 2021. Com a implementação do sistema de gestão da documentação, o Banco cumpriu o propósito da ATN, tendo o montante restante não utilizado sido cancelado pelo BID.

- (4) Em 13 de dezembro de 2017, o Banco assinou contrato de dívida com a Agência Francesa de Desenvolvimento no valor de USD 20.000 amortizáveis em 15 anos à taxa LIBOR de 6 meses mais *spread*. Em 20 de outubro de 2018, foram desembolsados USD 5.000 desta linha para o empréstimo BOL-28/2016 “Colhendo”, que havia sido aprovado no valor total de USD 10.000. O Banco recebeu o restante não desembolsado sob esta linha de crédito, de USD 15.000, em 11 de setembro de 2020.
- (5) Além disso, em 6 de julho de 2018, o Banco assinou linha de financiamento de USD 60.000 com o Banco Europeu de Investimentos (BEI). Em 31 de dezembro de 2021, o Banco retirou dessa linha de crédito USD 12.000, tendo recebido USD 6.000 em 31 de agosto de 2021 e USD 6.000 em 17 de agosto de 2020.
- (6) Em 17 de dezembro de 2018, o Banco acordou linha de crédito com o Instituto de Crédito Oficial E.P.E. – (ICO), no total de USD 15.000, com vigência até 17 de dezembro de 2020. Dessa linha de crédito foram recebidos apenas USD 5.536 em 2019. Em 23 de junho de 2021, o Banco assinou nova linha de crédito com o ICO, no total de USD 15.000, que prevê o financiamento retroativo de desembolsos elegíveis que foram realizados a partir de 1 de janeiro de 2020, inclusive.

A tabela a seguir apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o ICO, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimos	31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente			
	ICO			
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado 2020</u>	<u>Desembolsado 2021</u>	<u>Não desembolsado</u>
BOL – 25 Rede de esgoto	1.674	1.674	-.-	-.-
URU – 14 Líquidos residuais	3.629	2.129	-.-	1.500
ARG – 38/2018 Ferroviário	1.733	1.733	-.-	-.-
Projeto a ser identificado	7.964	-.-	-.-	7.964
ICO FASE II	15.000	-.-	-.-	15.000
Projeto cancelado	(9.464)	-.-	-.-	(9.464)
Total	20.536	5.536	-.-	15.000

(7) Em 22 de junho de 2021, o Banco contratou mecanismo de crédito facilitado com prazo de 5 anos, no valor de USD 100.000, com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), cujo total foi desembolsado em 30 de junho de 2021. Os fundos foram usados para financiar desembolsos esperados do empréstimo até o final do ano.

(ii) Títulos e instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção de fluxos de caixa

Conforme assinalado nas Notas 2 e 4.10, o Banco emitiu seus segundo e terceiro títulos no mercado de capitais suíço, identificados como FONPLATA26 e FONPLATA28, respectivamente, denominados em francos suíços, e que foram formalizados em 3 de março e 1 de dezembro de 2021, respectivamente, com o recebimento dos fundos. O FONPLATA26 totalizou CHF 200.000, com cupom a taxa fixa anual e prazo de 5 anos e meio, em 3 de setembro de 2026, e o FONPLATA28, CHF 150.000, com cupom a taxa fixa anual e prazo de 7 anos, em 1 de dezembro de 2028.

Seguindo sua política de gestão de riscos, o Banco contrata derivativos para a troca de obrigações denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa LIBOR de 6 meses por obrigações denominadas em dólares estadunidenses que geram juros com base na taxa LIBOR de 6 meses. De acordo com a natureza dessas transações, o Banco considerou que as operações de *swap* cambial e de taxa de juros realizadas são eficazes para neutralizar tanto os riscos de diferenças cambiais quanto de variações na taxa de juros. Consequentemente, o Banco designou esses derivativos como operações de proteção dos fluxos de fundos esperados, de acordo com a IFRS 9.

A seguir apresentamos os *swaps* cambiais em vigor em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente:

31 de dezembro de 2021

1. JPM – *Swap* de moeda e de taxas de juros referente à operação de câmbio de CHF 150.000, com prazo de 5 anos a taxa fixa e cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, para USD 148.809, com prazo de 5 anos e pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
2. JPM – *Swap* de taxas de juros para alterar os pagamentos semestrais de taxa fixa, ligados a depósitos a prazo obtidos do BCU, no montante agregado de USD 80.000, por pagamentos semestrais a taxa de juros variável com base na taxa LIBOR de 6 meses (vide Notas 2 e 8 (i) (2)).

31 de dezembro de 2021

3. CS – *Swap* de moeda e de taxas de juros referente à operação de câmbio de CHF 200.000, com prazo de 5 ½ anos a taxa fixa e cupom anual de 0,556%, para USD 222.668, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, com prazo de 5 ½ anos e pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
4. CS – *Swap* de moeda e de taxas de juros referente à operação de câmbio de CHF 150.000, com prazo de 7 anos a taxa fixa e cupom anual de 0,7950%, para USD 164.474, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, com prazo de 5 ½ anos e pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.

31 de dezembro de 2020

1. JPM – *Swap* de moeda e de taxas de juros referente à operação de câmbio da dívida denominada em francos suíços pela emissão de títulos de 2019 de CHF 150.000, com prazo de 5 anos a taxa fixa e cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, para USD 148.809, com prazo de 5 anos e pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
2. JPM – *Swap* de taxas de juros para alterar os pagamentos semestrais de taxa fixa, ligados a depósitos a prazo obtidos do BCU, no montante agregado de USD 130.000, por pagamentos semestrais a taxa de juros variável com base na taxa LIBOR de 6 meses.

O Banco assinou contrato mestre ISDA com cada uma de suas contrapartes, sob os quais cada parte deve compensar a outra com garantia por qualquer diferença no risco de crédito como resultado de mudança na valorização diária das operações de *swap* devido a mudanças nas taxas de juros e de câmbio. A garantia a integralizar pela parte que estiver em déficit pode consistir em numerário ou letras do Tesouro dos Estados Unidos e deve ser constituída toda vez que esse déficit ultrapassar USD 500. O Banco usa seu próprio modelo de avaliação para monitorar a equidade e a razoabilidade das avaliações realizadas pelas contrapartes, o qual se baseia em informações do mercado sobre taxas de juros e taxas de câmbio fornecidas pelo serviço financeiro da Bloomberg.

Caso a garantia seja integralizada em dinheiro, a parte que a receber estará obrigada a pagar à contraparte juros com base na taxa de juros interbancária publicada pelo *Federal Reserve Bank* dos Estados Unidos.

Os juros recebidos pelo Banco, referentes ao montante de garantia mantido pelo JPM, são reconhecidos como parte das receitas de investimentos. Os juros pagos pelo Banco ao JPM como compensação da garantia dele recebida fazem parte do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco mantém garantia em dinheiro recebida do JPM, no valor de USD 16.322, e mantém posição de garantia a receber com o CS de USD 8.720, e posição líquida a pagar de USD 7.602. Os depósitos de garantia recebidos do JPM e enviados ao CS fazem parte dos contratos de *swap* de moeda e taxas assinados e foram desenhados para proteger as partes do risco de descumprimento de uma das partes, perante mudanças cambiais e de taxas de juros objeto do *swap* (31 de dezembro de 2021 – USD 23.584 de garantia a pagar a JPM). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reembolsou ao JPM USD 7.260 da garantia recebida e encaminhou USD 8.720 ao CS por garantia requerida, totalizando USD 15.980 de uso de fundos.

O montante total de juros recebidos e pagos por garantia recebida e encaminhada às contrapartes baseia-se nas taxas de juros para aplicações da Reserva Federal dos EUA e totalizou USD 13 e USD 5, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 – USD 0 de juros recebidos e USD 30 de juros pagos).

Os ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando o Banco tem direito, por contrato, de compensar os montantes reconhecidos, e a intenção de cumprir o contrato compensando a obrigação líquida ou realizar o ativo e saldar o passivo de forma simultânea.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos como se tivesse sido executada a opção de compensação (operações de *swap* de taxa e moeda e de garantia) com base no direito de compensação e subsequente liquidação do contrato, o que não foi efetivado até 31 de dezembro de 2021. A coluna “montantes líquidos” mostra o impacto no balanço patrimonial para o Banco, caso o direito à compensação e liquidação não seja executado.

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial USD
31 de dezembro de 2021			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – CS	230.790	(239.500)	(8.710)
Garantia a receber – CS	8.720	-.-	8.720
Subtotal derivativos a receber – CS	239.510	(239.500)	10
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – CS	(239.500)	239.500	-.-
Subtotal derivativos a pagar – CS	(239.500)	239.500	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber	10	-.-	10
31 de dezembro de 2021			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	333.249	(316.326)	16.923
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	80.562	(80.479)	83
Subtotal derivativos a receber – JPM	413.811	(397.075)	17.006
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(316.326)	316.326	-.-
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(80.479)	80.479	-.-
Garantia a pagar – JPM	(16.322)	-.-	(16.322)
Subtotal derivativos a pagar – JPM	(413.127)	397.075	(16.322)
Exposição líquida de derivativos a pagar ¹	684	-.-	684
Exposição líquida de derivativos a receber	694	-.-	694
31 de dezembro de 2020			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	179.475	(179.475)	-.-
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	132.360	(132.360)	-.-
Subtotal derivativos a receber – JPM	311.835	(311.835)	-.-
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(156.261)	179.475	23.214
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(131.995)	132.360	365
Garantia a pagar – JPM	(23.584)	-.-	(23.584)
Subtotal derivativos a pagar – JPM	(311.840)	311.835	(5)
Exposição líquida de derivativos a pagar	(5)	-.-	(5)

Devido ao encerramento antecipado dos mercados de capital em 31 de dezembro de 2021, o JPM transferiu ao Banco o ajuste correspondente de *spread* de USD 690, em 3 de janeiro de 2022, mudando a exposição do Banco ao risco de crédito de USD 684 para passivo líquido de USD 6.

Todos os derivativos são mensurados ao valor justo, usando técnicas de avaliação, com base no uso de informações do mercado confiáveis e observáveis na medida do possível, portanto são classificados no nível 2 (vide Nota 8.7).

A dívida a pagar classificada de acordo com sua data contratual de vencimento é a seguinte:

<u>Vencimentos</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Até um ano	66.016	135.333
De um a dois anos	104.592	66.016
De dois a três anos	205.606	87.330
De três a quatro anos	41.688	177.553
De quatro a cinco anos	244.579	7.760
Mais de cinco anos	266.880	95.198
Total	929.361	569.190

(iii) Valor justo das dívidas

Os depósitos a prazo obtidos de bancos centrais e os empréstimos contratados com OMD e outras instituições são mantidos a custo amortizado. Estima-se que o valor contábil se aproxima de seu valor justo toda vez que os fluxos de caixa a serem usados para quitar os saldos pendentes são muito semelhantes ao valor contábil da dívida.

Os títulos a pagar e a operação de *swap* cambial e de taxa de juros designada como operação de proteção são mensurados ao valor justo, sendo a parte eficaz da operação de cobertura registrada como parte da reserva de operações de proteção em outros resultados abrangentes e a parte ineficaz da operação de cobertura, como parte do serviço da dívida na demonstração do resultado do exercício.

(iv) Exposição ao risco

As Notas 6 e 7, respectivamente, oferecem informações referentes ao risco de exposição associado às dívidas contraídas.

8.6 Fundos especiais

O saldo que o Banco mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, inclui os seguintes itens:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
FOCOM	13.769	8.838
PAC	4.056	2.986
PCT	4.066	3.242
Total	21.891	15.066

A Assembleia de Governadores do Banco pode criar fundos especiais para fins específicos, que são considerados entidades jurídicas separadas e independentes do Banco e cujo controle é exercido diretamente pelos países membros, por meio da Assembleia de Governadores. Portanto, os saldos desses fundos não são consolidados pelo Banco.

Os fundos especiais são financiados por meio da distribuição de parte dos resultados acumulados não alocados ou ganhos retidos mantidos na reserva de capital. No ano de 2014, a Assembleia de Governadores criou e financiou os seguintes fundos especiais:

- a. *Fundo especial para a compensação da taxa de operações (conhecido como FOCOM)*: O objetivo deste fundo, de ajuda na redução do custo financeiro decorrente dos empréstimos contraídos pela Bolívia, Paraguai e Uruguai com o Banco, foi ampliado em 2020 para todos os países membros no caso de operações que possam ser elegíveis sob a “Linha Verde”, projetos com impacto ambiental e projetos sob a “Linha de Reativação Econômica”. Essa ajuda é realizada por meio do pagamento de parte dos juros a serem pagos semestralmente. O pagamento do benefício outorgado por este fundo é contingente e determinado de forma anual por conta e ordem dos tomadores de recursos. Em 19 de setembro de 2021 (RAG – 182), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o FOCOM de USD 7.000 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2020. A partir de sua criação em maio de 2014 e até 31 de dezembro de 2021, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para este fundo de USD 18.510 dos resultados acumulados a título de contribuição (31 de dezembro de 2020 – USD 11.510).
- b. *Programa de Cooperação Técnica (PCT)*: Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do “Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional” (FONDEPRO) para o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional – foco estratégico do Banco – por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Em 19 de setembro de 2021 (RAG – 182), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 1.500 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2020. A partir de sua criação e até 31 de dezembro de 2021, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 4.500 dos resultados acumulados não alocados a título de contribuição (31 de dezembro de 2020 – USD 3.000).
- c. *Fundo de Pensão (PAC)*: Conforme explicado na nota 4.13, “Outros benefícios a funcionários”, em 14 de agosto de 2018, a Diretoria Executiva aprovou o Fundo de Pensão (PAC). O PAC foi efetivado em 1 de novembro de 2018, com vigência nos primeiros oito anos do vínculo empregatício do funcionário. O PAC mantém o benefício a título de indenização por tempo de serviço, e o Banco contribui com o aporte de 100% do montante da taxa de contribuição dos funcionários participantes da poupança voluntária.

A poupança voluntária é opcional e os funcionários que resolverem não participar receberão apenas o benefício de indenização. Há um percentual máximo e um mínimo de poupança voluntária, equivalente a um mês de salário por ano de serviço (8,33%) e meio mês de salário por ano de serviço (4,17%), respectivamente.

A escolha do percentual de poupança voluntária é feita anualmente, antes do início de cada gestão. A vigência do PAC é de oito anos, contados a partir da contratação do funcionário. Além disso, e como incentivo para reter o quadro de pessoal, o PAC prevê um período de elegibilidade de quatro anos. Quando ocorre o encerramento da relação de trabalho, os participantes têm direito de resgatar do PAC a totalidade do benefício acumulado a título de indenização, as contribuições realizadas a título de poupança voluntária, incluindo os rendimentos acumulados, bem como as contribuições do Banco para a poupança voluntária e os respectivos rendimentos acumulados.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Esse percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos fundos acumulados em sua conta do PAC por ocasião do encerramento do vínculo empregatício.

A tabela a seguir apresenta detalhe dos fundos acumulados e do total de fundos disponíveis no PAC para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

	Contribuições p/benefício de indenização USD	Contribuição p/poupança voluntária de funcionários USD	Contribuições FONPLATA p/poupança voluntária USD	Total acumulado USD	Total disponível p/pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2021						
Saldos em 31 de dezembro de 2020:	1.598	803	585	2.986	2.896	90
Mudanças no tempo de serviço	--	--	--	--	60	(60)
Contribuição p/benefício no encerramento	465	--	--	465	465	--
Poupança voluntária dos participantes	--	367	367	734	684	50
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	153	--	153	153	--
Receita acumulada sobre investimentos	--	1	1	2	2	--
Resgates	(174)	(64)	(46)	(284)	(284)	--
Saldo devido ao PAC	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80
31 de dezembro de 2020						
Saldos em 31 de dezembro de 2019:	1.393	404	304	2.101	2.035	66
Contribuição p/benefício no encerramento	423	--	--	423	423	--
Poupança voluntária dos participantes	--	322	322	644	620	24
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	161	--	161	161	--
Receita acumulada sobre investimentos	--	8	6	14	14	--
Resgates	(218)	(92)	(47)	(357)	(357)	--
Saldo devido ao PAC	1.598	803	585	2.986	2.896	90

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo do Banco. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um desses fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota inclui informações sobre as avaliações e estimativas usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras.

A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos de investimento é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	<u>Nota</u>	<u>Nível 1</u> <u>USD</u>	<u>Nível 2</u> <u>USD</u>	<u>Nível 3</u> <u>USD</u>
<u>31 de dezembro de 2021</u>				
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	<u>352.788</u>	<u>-.-</u>	<u>-.-</u>
<u>31 de dezembro de 2020</u>				
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	<u>321.061</u>	<u>-.-</u>	<u>-.-</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, não foram mantidos instrumentos financeiros que devessem ser mensurados ao valor justo de forma recorrente, para os quais o Banco tenha tido que usar as metodologias de avaliação estabelecidas nos níveis 2 e 3. No caso de alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do Banco reconhecer o impacto dessas alterações.

- Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como investimentos a valor de mercado) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final do período. O preço de cotação usado para os ativos financeiros mantidos pelo Banco é o preço de mercado. Esses instrumentos são incluídos no nível 1.
- Nível 2: O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.
- Nível 3: Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou de relevo para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.

NOTA 9 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros do Banco, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis aplicadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo as avaliações profissionais utilizadas e as incertezas das estimativas aplicadas.

9.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamentos inclui os seguintes itens:

	<u>Propriedades</u> <u>USD</u>	<u>Móveis e</u> <u>equipamentos</u> <u>USD</u>	<u>Obras de</u> <u>Arte</u> <u>USD</u>	<u>Veículos</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
<u>Valor de origem</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.827	1.860	87	48	6.822
Adições	30	568	-.-	-.-	598
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.857	2.428	87	48	7.420
Adições	-.-	214	-.-	-.-	214
Valor de origem em 31 de dezembro de 2021	4.857	2.642	87	48	7.634
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	347	750	-.-	40	1.137
Depreciação	166	178	-.-	5	349
Saldo em 31 de dezembro de 2020	513	928	-.-	45	1.486
Depreciação	166	237	-.-	3	406
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2021	679	1.165	-.-	48	1.892
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2021	4.178	1.477	87	-.-	5.742
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2020	4.344	1.500	87	3	5.934

Em 14 de dezembro de 2021, tendo completado o processo de abertura dos escritórios de ligação nos países membros com a correspondente alocação de funcionários, o Banco otimizou a distribuição das repartições em sua sede principal e aceitou a oferta de instituição financeira para vender-lhe duas salas que não tinham conexão com os outros 5 andares ocupados pelo Banco. A venda foi acordada em USD 450, valor aproximadamente normal no mercado para salas de similar qualidade e localização, e completada em 18 de janeiro de 2022, quando o Banco recebeu o pagamento completo acordado e entregou as salas ao comprador. O espaço vendido representa menos de 10% do total do espaço originalmente adquirido.

O valor líquido resultante de escritórios, estacionamentos e espaços para armazenamento, que fazem parte da sede central do Banco, incluem o montante de uma reavaliação técnica reconhecida de USD 812, baseado no valor justo estimado, resultado de avaliação independente de 31 de dezembro de 2018. Essa reavaliação teve como resultado o reconhecimento de reserva de reavaliação técnica incluída em outros resultados abrangentes. O montante da reserva reduziu-se em USD 28 de depreciação anual correspondente ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 por depreciação (31 de dezembro de 2020 – USD 28), e poderia ser ajustado com base em reavaliações técnicas posteriores.

(i) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

A propriedades são reconhecidas a seu valor justo com base em avaliações periódicas realizadas por perito independente, com exceção da depreciação desses ativos. Os outros ativos incluídos neste item são reconhecidos a seu valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Item	Vida útil
Propriedades:	
Terrenos	Não são amortizados
Edifícios	40 anos ou o valor que venha a surgir da reavaliação técnica, aquele que for inferior
Equipamentos e móveis:	
Melhorias em imóveis arrendados	Termo do contrato
Móveis e equipamentos	8 a 10 anos
Equipamentos de computação e aplicativos	4 a 7 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizados

Na Nota 4.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas às propriedades e equipamento.

(ii) Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas, se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico

Se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico, os saldos teriam sido os seguintes:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Custo	4.044	4.044
Depreciação acumulada	(596)	(458)
Total	<u>3.448</u>	<u>3.586</u>

9.2 – Diversos

Este item inclui saldos menores devidos ao Banco por empréstimos ao pessoal, adiantamentos a provedores, despesas pagas antecipadamente, despesas diferidas e depósito de caução para o escritório de ligação em Assunção, Paraguai.

O Banco assinou contratos de arrendamento a médio prazo para assegurar o espaço para seus escritórios de ligação em Montevideu, Uruguai, e Brasília, Brasil. Os arrendamentos por períodos superiores a um ano são reconhecidos e contabilizados em conformidade com a IFRS 16. A tabela a seguir apresenta as informações relevantes desses arrendamentos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

	Obrigação de arrendamento USD
31 de dezembro de 2021	
Montevideu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020. Pagamentos mensais mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5, a partir de 1 de fevereiro de 2021 até 1 de janeiro de 2024. Os pagamentos mínimos de aluguel estão sujeitos a aumento anual de 4%.	95
Brasil – Brasília, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 15 de março de 2021, com pagamentos mínimos de arrendamento denominados em reais brasileiros, USD 9,5, sujeitos a ajustes anuais baseados no índice de preços de inflação local. O contrato de arrendamento vence em 14 de março de 2024.	49
Total	<u>144</u>

31 de dezembro de 2020

Montevideu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020. Pagamentos mensais mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5, a partir de 1 de fevereiro de 2021 até 1 de janeiro de 2024. Os pagamentos mínimos de aluguel estão sujeitos a aumento anual de 4%.

Total

Obrigação de
arrendamento
USD

114

114

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o montante total de diversos a receber é de USD 748 e USD 762, respectivamente.

9.3 – Outros passivos

Este item inclui juros e comissões acumulados a pagar por dívidas assumidas, bem como saldos menores a pagar a provedores e reembolsos ao pessoal. Ainda, e conforme assinalado na Nota 9.2, inclui o reconhecimento da parte não amortizada do passivo contraído pelo contrato de arrendamento com relação ao escritório de ligação em Montevideu, República Oriental do Uruguai. A composição de outros passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	USD	USD
Juros e comissões acumulados por dívidas	2.534	1.633
Contas a pagar e acréscimos	471	235
Parte não amortizada de arrendamentos financeiros	144	114
Total	3.149	1.982

NOTA 10 – PATRIMÔNIO

10.1 Capital

Em 28 de janeiro de 2016, a 14 Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de USD 1.375.000, passando o capital de USD 1.639.200 para USD 3.014.200.

O novo aumento de capital efetivou-se em 2017 com o processo de subscrição pelos países membros de suas cotas de capital a ser pago em dinheiro, totalizando USD 550.000, e do compromisso da totalidade do capital exigível, totalizando USD 825.000. O capital a ser pago em dinheiro será integralizado em oito parcelas entre 2018 e 2024, nos casos de Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, e entre 2018 e 2026, no caso do Brasil. No final do processo de integralização do capital a ser pago em dinheiro, este capital totalizará USD 1.349.200. A totalidade do capital exigível, i.e., USD 1.665.000, foi subscrita e autorizada pelos países membros em 31 de dezembro de 2018. O pagamento do capital exigível subscrito ocorrerá quando for requerido, após aprovação pelos Governadores, quando necessário para cumprir com as obrigações financeiras do Banco, se o Fundo não tiver condições de satisfazê-las com recursos próprios.

Eis a composição do capital do Banco por país membro em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente:

País membro ⁱ	Capital subscrito		Capital autorizado		Total USD	%
	Caixa	Exigível	Caixa	Exigível		
	USD	USD	USD	USD		
• Argentina	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	149.904	184.990	149.904	184.990	334.894	11,1%
	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,0%</u>

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco recebeu capital em dinheiro dos países membros no total de USD 89.585 e USD 51.333, respectivamente. Os montantes de capital pagos subscritos e ainda não integralizados, bem como o capital exigível e autorizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, são os seguintes:

País membro	31 de dezembro de 2021 Capital subscrito em dinheiro			31 de dezembro de 2020 Capital subscrito em dinheiro		
	Integraliza do ⁱ	A integralizar ⁱ	Total	Caixa ⁱ	A integralizar ⁱ	Total
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
• Argentina	356.244	93.500	449.744	325.076	124.668	449.744
• Bolívia	118.737	31.167	149.904	108.349	41.555	149.904
• Brasil	294.012	155.732	449.744	266.759	182.985	449.744
• Paraguai	118.737	31.167	149.904	108.349	41.555	149.904
• Uruguai	118.737	31.167	149.904	108.349	41.555	149.904
Total	<u>1.006.467</u>	<u>342.733</u>	<u>1.349.200</u>	<u>916.882</u>	<u>432.318</u>	<u>1.349.200</u>

31 de dezembro de 2021 e de 2020:

País membro	Capital subscrito exigível ⁱ	Autorizado ⁱⁱ
		USD
• Argentina		555.014
• Bolívia		184.991
• Brasil		555.014
• Paraguai		184.991
• Uruguai		184.990
Total		<u>1.665.000</u>

ⁱ Em 31 de dezembro de 2018, os países membros tinham subscrito e autorizado o total de sua participação no capital exigível.

ⁱⁱ Devido a arredondamento em milhares de dólares estadunidenses, os montantes parciais podem não concordar com o total.

10.2. Outras reservas

Conforme explicado na Nota 8.2 (iv), outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, incluem:

- (i) Reserva para alterações no valor justo de investimentos – VJORA: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, esta reserva por perda não realizada diminuiu de USD 3.927 para perda não realizada acumulada de USD 5.806 (31 de dezembro de 2020 – redução de USD 2.417 em decorrência de perdas não realizadas por ajuste a valor justo dos investimentos disponíveis para venda, para saldo de perdas não realizadas de USD 1.879).
- (ii) Reserva para alterações no valor justo dos derivativos mantidos para proteção: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, esta reserva sofreu redução por perdas não realizadas, como resultado da perda na valorização dos derivativos contratados para a cobertura dos fluxos de fundo, de USD 5.744 para uma perda total acumulada de USD 3.578 (31 de dezembro de 2020 – aumento de USD 1.651, ganhos para saldo acumulado de ganhos não realizados de USD 2.166).
- (iii) Reserva para reavaliação de propriedades: No período findo em 31 de dezembro de 2021, esta reserva diminuiu USD 28, ficando o saldo em USD 729 (31 de dezembro de 2020 – redução de USD 28, ficando o saldo em USD 757).

10.3. Lucros acumulados e reserva geral

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2021 totalizam USD 24.030 e correspondem totalmente à receita líquida obtida de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

As políticas do Banco preveem que os Resultados acumulados não alocados sejam usados para assegurar a preservação do valor do patrimônio no tempo e, também, para financiar o Fundo Especial Compensação da Taxa de Operacional (FOCOM) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT). A Nota 8.6 apresenta informações sobre a alocação de recursos a esses dois fundos com base nas receitas retidas e não alocadas em 31 de dezembro de 2020, aprovada pela Assembleia de Governadores.

O montante da reserva de capital em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, é o seguinte:

	Reserva de capital
	USD
Saldo em 31 de dezembro de 2019	132.443
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2020: de resultados acumulados	23.308
Saldo em 31 de dezembro de 2020	155.751
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2021	27.414
Saldo em 31 de dezembro de 2021	183.165

NOTA 11 – RECEITAS

A composição da receita líquida é a seguinte:

	De 1 de janeiro a 31 de dezembro de	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	USD	USD
Receitas de empréstimos:		
Juros	35.609	36.438
Comissão de compromisso	3.653	4.563
Taxa de administração	2.959	2.107
Subtotal	42.221	43.108
Receitas de investimentos:		
Juros	4.793	8.038
Outros	15	19
Receitas de investimentos, bruto	4.808	8.057
Participação de fundos especiais – Nota 8.6	(23)	(162)
Receitas de investimentos, líquido	4.785	7.895
Outras receitas	85	100
Total receita	47.091	51.103

NOTA 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o Banco adotou sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos para elas requeridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco atingiu uma percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 76%. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

	De 1 de janeiro a 31 de dezembro de	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	USD	USD
<u>Classificação das despesas</u>		
Despesas de pessoal	7.067	6.917
Despesas de serviços	206	185
Serviços profissionais	561	459
Classificação de risco de crédito	51	152
Auditores externos	61	68
Despesas administrativas	956	961
Serviços financeiros	190	126
Total do orçamento administrativo executado	9.092	8.868
<u>Classificação de outras despesas</u>		
Depreciação	379	321
Diferenças cambiais	42	(129)
Total de despesas administrativas	9.513	9.060

NOTA 13 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

As tabelas abaixo apresentam análise dos ativos e passivos em função do período no qual se espera que sejam recuperados ou pagos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente:

	<u>Corrente</u> (Menos de 1 ano) <u>USD</u>	<u>Não corrente</u> (Mais de 1 ano) <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
<u>31 de dezembro de 2021</u>			
<u>ATIVOS</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	128.261	-.-	128.261
Investimentos			
A valor justo ¹	352.788	-.-	352.788
A custo amortizado	151.850	-.-	151.850
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	106.702	1.396.964	1.503.666
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	2.366	-.-	2.366
Juros e comissões de empréstimos	10.673	-.-	10.673
Outros ativos			
Derivativos para proteção do fluxo de caixa	694	-.-	694
Propriedade e equipamentos, líquido	-.-	5.742	5742
Diversos	321	427	748
Total Ativos	<u>753.655</u>	<u>1.403.133</u>	<u>2.156.788</u>
<u>PASSIVOS</u>			
Dívidas	65.446	861.295	926.741
Outros passivos	3.005	144	3.149
Fundos especiais	4.054	17.837	21.891
Total Passivos	<u>72.505</u>	<u>879.276</u>	<u>951.781</u>
<u>31 de dezembro de 2020</u>			
<u>ATIVOS</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	32.037	-.-	32.037
Investimentos			
A valor justo	152.856	168.205	321.061
A custo amortizado	85.722	-.-	85.722
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	72.829	1.164.202	1.237.031
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	1.821	-.-	1.821
Juros e comissões de empréstimos	10.600	-.-	10.600
Outros ativos			
Propriedade e equipamentos, líquido	-.-	5.934	5.934
Diversos	643	119	762
Total Ativos	<u>356.508</u>	<u>1.338.460</u>	<u>1.694.968</u>
<u>PASSIVOS</u>			
Derivativos para a proteção de fluxos de fundos	5	-.-	5
Dívidas	135.333	432.991	568.324
Outros passivos	1.895	87	1.982
Fundos especiais	3.066	12.000	15.066
Total Passivos	<u>140.299</u>	<u>445.078</u>	<u>585.377</u>

¹Em 31 de dezembro de 2021, todos os investimentos classificados como disponíveis para venda e mensuradas ao VJORA, são mantidos com vistas a financiar os desembolsos esperados de empréstimos em 12 meses.

NOTA 14 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no “Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Banco para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países Membros”, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países membros, o Banco pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos, ações, valores e bônus, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

O referido Acordo determina, igualmente, que o Banco e seus bens estão isentos, no território dos países membros, de todo imposto direto e de direitos aduaneiros, no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda nem de outros impostos indiretos. No entanto, os países membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizerem, para seu uso oficial, aquisições de alto custo em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto o Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quanto os Convênios de Sede, assinados com o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Paraguai, estabelecem que as propriedades, bens e ativos do Banco estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, estaduais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

(a) Descrição do segmento

O Banco, com base em análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional, pois não administra suas operações alocando seus recursos em função da contribuição de operações individuais para geração de receita líquida. O Banco não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou serviços prestados, seu processo de preparação ou o método para elaborar suas operações de empréstimos ou prestar serviços a seus países membros. Todas as operações são realizadas na sede do Banco com apoio dos escritórios de ligação. As operações realizadas pelo banco consistem em outorgar financiamento a seus países membros, considerados segmentos para os efeitos desta nota: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(b) Ativos por segmentos

A composição da carteira de empréstimos por país é a seguinte:

	<u>Carteira bruta USD</u>	<u>Comissões a pagar USD</u>	<u>Desvalorização USD</u>	<u>Carteira de empréstimos USD</u>	<u>Juros e comissões a receber USD</u>	<u>Total USD</u>
31 de dezembro de 2021:						
Argentina	403.808	(1.335)	(7.373)	395.100	3.030	398.130
Bolívia	355.393	(283)	(2.060)	353.050	2.566	355.616
Brasil ¹	179.242	(792)	(1.222)	177.228	1.192	178.420
Paraguai ¹	311.546	(916)	(721)	309.910	2.066	311.976
Uruguai	269.610	(269)	(963)	268.378	1.819	270.197
Total	1.519.600	(3.595)	(12.339)	1.503.666	10.673	1.514.339

	<u>Carteira bruta</u> USD	<u>Comissões a pagar</u> USD	<u>Desvalorização</u> USD	<u>Carteira de empréstimos</u> USD	<u>Juros e comissões a receber</u> USD	<u>Total</u> USD
31 de dezembro de 2020:						
Argentina	322.860	(1.470)	(4.922)	316.468	3.152	319.650
Bolívia	331.636	(672)	(2.068)	328.896	2.948	331.844
Brasil ¹	142.045	(1.275)	(1.135)	139.635	1.119	140.754
Paraguai ¹	215.773	(833)	(670)	214.270	1.428	215.698
Uruguai	239.181	(473)	(946)	237.762	1.953	239.715
Total	1.251.495	(4.723)	(9.741)	1.237.031	10.600	1.247.631

¹ Inclui USD 72.000 de saldos de dois empréstimos sem garantia soberana aprovados e totalmente desembolsados em 2020 (30 de junho de 2020 – USD 36.000). Em 31 de dezembro de 2021, as comissões acumuladas não pagas de empréstimos sem garantia soberana totalizam USD 191 (em 31 de dezembro de 2020 – USD 370) e os juros acumulados a receber, USD 185 (em 31 de dezembro de 2020 – USD 186). A provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos sem garantia soberana é de USD 1.217 (em 31 de dezembro de 2020 – USD 1.250). Vide Nota 8.4, para mais detalhes.

A composição da carteira bruta por país e sua distribuição por tipo de projeto é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística</u> USD	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo</u> USD	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico</u> USD	<u>Empréstimos SGS</u> USD	<u>Total</u> USD
31 de dezembro de 2021:					
Argentina	199.851	65.529	138.428	--	403.808
Bolívia	340.051	--	15.342	--	355.393
Brasil	128.880	--	14.362	36.000	179.243
Paraguai	263.295	12.251	--	36.000	311.546
Uruguai	224.028	28.848	16.734	--	269.610
Total	1.156.106	106.628	184.866	72.000	1.519.601
31 de dezembro de 2020:					
Argentina	135.379	65.511	121.970	--	322.860
Bolívia	314.653	--	16.983	--	331.636
Brasil	88.172	--	17.873	36.000	142.045
Paraguai	165.772	14.001	--	36.000	215.773
Uruguai	210.754	15.000	13.427	--	239.181
Total	914.730	94.512	170.253	72.000	1.251.495

¹O montante registrado como "Total" inclui USD 72.000 de empréstimos SGS a receber de financiamentos outorgados a bancos de capital principalmente público. Esses financiamentos não encaixam em nenhuma das classificações usadas nos financiamentos outorgados a países membros com garantia soberana (vide Nota 8.4, para mais detalhes).

O saldo a desembolsar em empréstimos corresponde principalmente a empréstimos em estado de execução da carteira de empréstimos com garantia soberana. Sua distribuição por país é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u> USD	<u>2020</u> USD
Argentina	313.214	287.539
Bolívia	71.390	116.716
Brasil ¹	142.564	180.737
Paraguai	146.136	250.413
Uruguai	27.711	57.067
Total	701.014	892.472

¹Inclui USD 6.000 de empréstimos sem garantia soberana.

Além disso, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, os empréstimos aprovados pelo Banco e pendentes de desembolso, porque o contrato de empréstimo não havia sido assinado ou ainda aguardava ratificação do Poder Legislativo do país membro, são os seguintes:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
	USD	USD
Argentina	65.300	85.000
Bolívia	100.000	-,-
Brasil	206.510	94.877
Paraguai	276.246	276.246
Uruguai ¹	42.000	21.000
Total	690.056	477.123

¹Inclui USD 42.000 de empréstimos sem garantia soberana.

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	De 1 de janeiro a 31 de dezembro de			
	2021		2020	
	Saldo médio	Retorno médio	Saldo médio	Retorno médio
	USD	%	USD	%
Carteira de empréstimos	1.385.548	3,05	1.093.977	3,94

(c) Receitas por segmentos

As receitas de juros e outras são apresentadas a seguir:

	Juros sobre empréstimos	Outras receitas operacionais	Total
	USD	USD	USD
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021:			
Argentina	9.782	2.177	11.959
Bolívia	8.860	806	9.665
Brasil ¹	4.455	1.227	5.682
Paraguai ¹	6.177	1.931	8.108
Uruguai	6.336	471	6.807
Total	35.609	6.612	42.222
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020:			
Argentina	9.940	1.934	11.874
Bolívia	10.584	1.070	11.654
Brasil ¹	4.065	1.286	5.351
Paraguai	5.061	1.678	6.739
Uruguai	6.788	702	7.490
Total	36.438	6.670	43.108

⁴Inclui juros acumulados, no total de USD 2.218, e encargos de comissão de administração, de USD 79, correspondentes a empréstimos sem garantia soberana outorgados a bancos públicos de desenvolvimento no Brasil e no Paraguai, respectivamente (31 de dezembro de 2020 – USD 826 e USD 418, como outros juros e outros encargos relacionados a empréstimos sem garantia soberana).

NOTA 16 – COLIGADAS

Conforme assinalado nas Notas 1 e 6.4, o Banco outorga financiamentos com garantia soberana a seus cinco países tomadores de recursos, que, por sua vez, são seus donos e acionistas, bem como financiamentos sem garantia soberana a bancos de desenvolvimento em que o poder público seja sócio majoritário e entidades e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento das políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria Executiva ou o Presidente Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o Banco não realiza transações com seus países membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

Os saldos e transações mantidos com coligadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FOCOM, o PCT e o PAC, como é explicado em maior detalhe nas notas 4.12, 4.13 e 8.6, respectivamente.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar de forma significativa as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

NOTA 18 – FATOS POSTERIORES

O Banco avaliou a existência de fatos posteriores à data das demonstrações financeiras e até 18 de fevereiro de 2022, data na qual as demonstrações financeiras ficaram prontas para serem emitidas, e não foram identificados outros eventos com possível impacto significativo nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS